Jornal O DIA SP
Fundado em 5 de abril de 1933
www.jornalodiasp.com.br | QUARTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 2026 | Nº 26.278 | Preço banca: R$ 3,50

Durigan defende alíquota da reforma e estima média efetiva de 8,5%

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a reforma tributária trará ganhos permanentes de responsabilidade fiscal, justiça social e transparência ao sistema tributário brasileiro.

Ao defender o modelo aprovado, o ministro reiterou que a alíquota máxima estimada para o novo sistema é de 11,3%, mas que a carga efetiva média deverá ficar em 8,5%, enquanto setores beneficiados por regimes diferenciados e parte da população terão tributação menor ou zerada.

As declarações foram feitas na terça-feira (17), durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado destinada a discutir a reforma tributária e a metodologia de cálculo da alíquota dos novos tributos sobre o consumo.

Segundo Durigan, um dos principais avanços do novo sistema será tornar mais transparente o custo das renúncias fiscais. Pela sistemática aprovada, a concessão de novos benefícios tributários terá impacto direto na alíquota dos tributos sobre o consumo, permitindo que a sociedade e os agentes públicos conheçam os efeitos de cada decisão. Página 3

Regulação de big techs pode reduzir custos em até R$ 50 bilhões

Página 3

Feirões oferecem descontos de até 99% para renegociar dívidas no fim do ano

Página 4

Previsão do Tempo

Quarta: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

30º C
19º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,77
Venda: 5,77

Turismo
Compra: 5,82
Venda: 6,00

EURO
Compra: 6,36
Venda: 6,36

Feriado da Consciência Negra deve movimentar R$ 2,5 bi no turismo do estado de SP



Foto: Douglas Piton

O feriado prolongado do Dia da Consciência Negra deve movimentar R$ 2,5 bilhões na economia do turismo do estado de São Paulo, com a circulação estimada de 2,1 milhões de turistas e excursionistas em diferentes municípios entre os dias 20 e 22 de novembro. Os dados são do Centro de Inteligência da Economia do Turismo, vinculado à Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (CIET/Setur-SP), a partir de sondagem realizada com gestores de municípios turísticos paulistas. Página 2

Estado de SP tem 2,6 mil vagas de emprego no setor de indústria nesta semana

Página 2

Fies: candidatos pré-selecionados devem validar dados da inscrição

Página 6

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,77
Venda: 5,77

Turismo
Compra: 5,82
Venda: 6,00

EURO
Compra: 6,36
Venda: 6,36

Esporte

Antonio Leinemann é o novo "Leão da Montanha" do automobilismo

O Campeonato Paulista de Subida de Montanha encerrou a temporada 2026 em grande estilo, no último fim de semana (14 e 15/11), consagrando um novo 'Leão da Montanha'. Estreando na modalidade, o paulista Antonio Leinemann, de apenas 23 anos, foi o piloto mais rápido da terceira e última etapa do campeonato, disputada na desafiadora "Pista Rainha", em Monte Alegre do Sul, no interior paulista.

A competição reuniu pilotos e máquinas de diferentes categorias em um percurso de 4.350 metros, com 33 curvas, em um trecho sinuoso de serra que liga a Estância Turística de Monte Alegre do Sul a Serra Negra. Ao volante de seu Fórmula Evo, Leinemann mostrou rápida adaptação às características da Subida de Montanha e com a marca de 2min30s69 conquistou o título simbólico reservado ao competidor mais veloz do evento.

"Foi um evento maravilhoso, bem diferente do que estou acostumado", declarou o piloto, que disputa o Campeonato Paulista de Velocidade na categoria Fórmula Evo. Entusiasmado com a experiência, já garantiu seu retorno: "Voltarei com certeza na próxima temporada".

Organizada pela Ascot Racing, sob supervisão da Federação de Automobilismo de São Paulo (FASP), a etapa decisiva também contou com a presença de representantes da Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA), interessados em conhecer mais profundamente a modalidade e estudar possibilidades para sua expansão no país.

"O ambiente da modalidade é sempre leve", observou Sérgio Berti, integrante do Conselho Técnico Desportivo Nacional.

Também membro do CTDN, Roberto 'Juca' Guimarães Pessoa Júnior destacou o potencial de crescimento da competição para outras regiões brasileiras.

"Viemos aprender com o Silvio (Novembre) e depois levar a modalidade também para o Norte e Nordeste, pois temos carência de autódromos naquelas regiões e a modalidade tem tudo a ver com as serras de lá. A gente quer criar um protocolo CBA, pois nosso sonho é fazer um campeonato nacional", afirmou.

Para Silvio Novembre, organizador do Campeonato Paulista de Subida de Montanha, a diversidade de participantes e veículos é um dos grandes diferenciais da competição.

"A nossa modalidade é acessível, altamente democrática, capaz de reunir diferentes perfis de pilotos e receber todo tipo de veículo com quatro rodas, com e sem preparação, em uma mesma disputa", destacou.

Time Attack consagra Daniel Fonte

Se o sábado foi reservado às disputas das categorias, o domingo trouxe uma atração especial para encerrar a temporada: o Time Attack, competição que reuniu os pilotos de melhor desempenho em um confronto direto contra o cronômetro, independentemente da categoria ou do modelo de veículo.

Nas baterias eliminatórias, cada competidor realizou sua subida individualmente, buscando o menor tempo possível. Os nove mais rápidos avançaram à fase seguinte, da qual saíram os cinco finalistas.

Na decisão, o carioca Daniel Fonte confirmou seu desempenho e conquistou a vitória com o Volvo V40R, registrando 2min36s26. Lucas Law, com Toyota GR Yaris, terminou em segundo, seguido por Eduardo Ferreira, com Subaru WRX SW.



Foto: MasterMídia

Antonio *Leinemann e seu Fórmula Evo fizeram o menor tempo na Pista Rainha*

Apesar da vitória de Fonte no Time Attack, o grande destaque da etapa foi Antonio Leinemann. Com o Fórmula Evo, o paulista registrou o melhor desempenho entre todas as subidas realizadas durante os dois dias, garantindo o título de 'Leão da Montanha'.

Nas etapas anteriores, a distinção havia sido conquistada por Maurício Law, com Porsche 911 Turbo S, em Lindóia, e Maycon de Freitas, com Audi TT RS, em Águas de Lindóia.

Automobilismo também encanta as crianças

Além das disputas na pista, o Campeonato Paulista de Subida de Montanha proporcionou momentos de aproximação entre o automobilismo e a comunidade local.

Em Monte Alegre do Sul, dezenas de alunos do ensino fundamental da rede municipal tiveram a oportunidade de visitar a área de vistoria técnica, conhecer de perto os carros de competição e até entrar em alguns veículos.

A iniciativa despertou a curiosidade das crianças e permitiu um contato especial com o universo do esporte a motor, aproximando os jovens da modalidade.

O piloto Daniel Oliveira, que competiu com um Gol G3 Turbo, também contribuiu para a experiência, distribuindo adesivos e chaveiros aos estudantes. As lembranças foram oferecidas ainda ao público que acompanhou as largadas nos dois dias de competição.

A movimentação reforçou o caráter esportivo, turístico e social do campeonato, que, além de reunir competidores de diferentes regiões, transforma as cidades-sede em pontos de encontro de apaixonados pelo automobilismo.

Fábio de Jesus conquista o ouro no Sul-Americano de Maratona

O atletismo paulista esteve no lugar mais alto do pódio do Campeonato Sul-Americano de Maratona, disputado no domingo (15), em Santiago, no Chile. Representante da Kiatleta Associação Desportiva-SP, Fábio de Jesus Correia conquistou a medalha de ouro, com o tempo de 2h12min47s, em apenas sua segunda participação nos 42,195 km.

Nascido em Monte Santo, na Bahia, e treinado por Elvis da Conceição, Fábio confirmou sua evolução na distância. Em sua estreia, em julho, na 42K New Balance de Porto Alegre (RS), registrou 2h10min46s, terminando na sexta colocação geral e como o brasileiro mais bem colocado na competição.

Em Santiago, o atleta superou o paraguaio Derlys Ayala, medalhista de prata, com 2h16min41s, e o argentino Eulalio Muñoz, terceiro colocado, com 2h16min55s. A conquista teve um significado especial para Fábio, que retornou às competições após passar por uma cirurgia.

"A corrida é isso, tem de ter coragem e acreditar no que você treinou, em você mesmo. Graças a Deus, campeão sul-americano da maratona, minha segunda participação na prova, com 2 horas e 12 minutos, após cirurgia. Esse é o caminho, é só brilhar", comemorou o atleta, que disse que estará na São Silvestre no dia 31 de dezembro. "Quero colaborar com o atletismo brasileiro", encerrou.

Na disputa feminina, o Brasil também subiu ao pódio, com Rejane Ester Bispo da Silva conquistando a medalha de bronze, com 2h48min58s. O ouro ficou com a chilena Johana Rivas, com 2h43min46s, enquanto a argentina Anahi Castaño levou a prata, com 2h47min40s.

Brasil fecha participação com nove medalhas

Somados os resultados do Sul-Americano de Maratona e do Campeonato Sul-Americano de Corridas de Rua, também realizado em Santiago, o Atletismo Brasil encerrou sua participação com nove medalhas: cinco de ouro, uma de prata e três de bronze.

As conquistas vieram nas provas da milha (1.609 m), dos 5 km, da meia maratona (21,0975 km) e da maratona (42,195 km), consolidando a presença brasileira entre os destaques do atletismo sul-americano.

Mais informações no site www.atletismopaulista.com.br e nas redes @atletimopaulista.

Registro de violência em escolas estaduais de SP cresce 73% em um ano

Os registros de casos de violência nas escolas estaduais de São Paulo aumentaram 73,8% em um ano, passando de 278,7 mil em 2024 para 484,4 mil em 2025, segundo levantamento do FGV Analytics, centro de estudos que pesquisa segurança pública.

A análise foi feita por pesquisadores da USP (Universidade de São Paulo) e da FGV (Fundação Getulio Vargas) e examinou dados de 2024 e 2025 da plataforma Conviva SP disponibilizados pela própria Seduc (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo).

Foram considerados os incidentes registrados pelas escolas públicas estaduais e agrupados em 91 regiões administrativas da rede, que correspondem às unidades regionais de ensino.

Todas as categorias de ocorrências, como conflitos de convivência, violência sexual, drogas e porte de armas, tiveram aumento nas médias. Os pesquisadores dizem, contudo, que o crescimento dos registros pode não significar necessariamente uma alta equivalente da violência, mas uma melhora no padrão de notificação.

Em nota, a Seduc diz que só forneceu os dados para o levantamento e que "não endossa as conclusões". Na gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), a pasta é comandada por Renato Feder.

A secretaria afirma que a comparação de 2024 com 2025 tem "limitações importantes", uma vez que nesse período reformulou processos internos e reforçou orientações permanentes para que as mais de 5.000 escolas estaduais registrem todas as ocorrências, em um esforço para combater a subnotificação e ampliar a identificação das situações.

A pasta não informou que processos internos foram reformulados nem as ações adotadas no período. A plataforma Conviva foi criada em 2019, no governo João Doria (PSDB). Desde então, foram feitos diversos cursos de formação e notas para orientar os diretores sobre a importância do registro.

Os registros foram classificados nas mesmas 11 categorias tanto em 2024 quanto em 2025: violência interpessoal, conflitos de convivência, questões disciplinares, ameaças e violência contra pessoas, danos ao patrimônio, drogas, problemas de vulnerabilidade, dignidade sexual, porte de armas, questões envolvendo famílias e terrorismo.

Para Carla Bonato Marcolin, professora da Faculdade de Economia e Administração da USP e pesquisadora do FGV Analytics, um dos principais achados da pesquisa foi a distribuição desigual da violência nas diferentes áreas do estado, fator que aponta para a necessidade de intervenções específicas para cada local.

"Regiões com alta incidência de porte de armas e drogas indicam a necessidade de maior policiamento. Em outras, com muitos casos de questões disciplinares e conflitos, mas também muita vulnerabilidade, só a presença da polícia não irá resolver. É preciso uma articulação com a assistência social e saúde para um impacto efetivo."

Como o estado possui diferentes quantidades de alunos em cada região, a análise calculou a proporção de ocorrências de violência a cada mil matrículas.

As questões disciplinares tiveram o maior salto, passando de 5,78 casos a cada mil alunos em 2024 para 38,18 no ano seguinte. Os conflitos de convivência, que quase dobraram no período -de 31,88 para 60,45 queixas a cada mil matrículas- aparecem em seguida.

Também houve aumento expressivo nas ocorrências de violência interpessoal (agressões físicas e conflitos entre alunos), porte de armas, drogas e dignidade sexual (assédio, importunação e violência de gênero).

A análise identificou unidades com incidência de casos acima da média estadual em todas as categorias analisadas. Em 2024, 26 regiões estavam nesse perfil e, em 2025, 22.

É o que acontece, por exemplo, na unidade regional de Apiaí, que reúne oito cidades do Vale do Ribeira, região com os piores indicadores socioeconômicos do estado. A área apresentou registros de violência interpessoal, conflitos de convivência, vulnerabilidade e situações familiares (negligência, abandono) acima da média estadual nos dois anos analisados.

"É uma situação que aponta como a vulnerabilidade multidimensional transborda para a escola. Mostra que intervenções restritas ao ambiente escolar não são suficientes para conter a violência", afirma Marcolin.

Em 2025, a unidade regional de Itararé, na divisa com o Paraná, também registrou ocorrências de todos os tipos acima da média estadual. As unidades de Suzano e Mogi das Cruzes, por exemplo, se destacaram por terem incidência maior de porte de armas e drogas.

"Os dados nos mostram como os tipos de violência se relacionam. Os registros de questões disciplinares e violência interpessoal estão mais presentes nos locais com mais situações familiares. Já os registros de porte de armas e drogas se concentram em regiões com mais agressões e danos ao patrimônio. Ou seja, o enfrentamento não pode ser o mesmo em cada local", diz Patrícia Cunha, professora da FGV.

Em nota, a Seduc diz também que mantém orientação permanente para combater a subnotificação nas escolas estaduais e que a plataforma Conviva SP registra violências sofridas pelos estudantes fora das unidades, inclusive no ambiente familiar.

"Não é correto apresentar o aumento de 73,8% nos registros como aumento equivalente da violência nas escolas. A comparação sem considerar a ampliação das notificações não permite essa conclusão", diz a nota. (Folhapress)

CESAR NETO



www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Em 2027, caberá ao cristão e vereador João Jorge (ex-PSDB ... no MDB) honrar o Caráter de DEUS e as Éticas do Cristo, após sua eleição à presidência da mesa diretora [15 dezembro 2026]

.

PREFEITURA (São Paulo)

Em 2027, cabe ao cristão e reeleito prefeito Ricardo Nunes (MDB) honrar o Caráter de DEUS e as Éticas do Cristo, pra depois eleger seu candidato(a) à sucessão em outubro / novembro 2028

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Em 2027, cabe aos cristãos deputados(as) estaduais honrar o Caráter de DEUS e as Éticas do Cristo, pra elegerem seus candidatos(as) pra presidência da mesa diretora do parlamento estadual

.

GOVERNO (São Paulo)

Em 2027, cabe ao cristão e reeleito governador Tarcísio Freitas (Republicanos) escolher um Secretariado, com homens e mulheres cristãos que honrem o Caráter de DEUS e as Éticas do Cristo

.

CONGRESSO (Brasil)

Em 2027, cabe aos cristãos deputados(as) federais e senadores(as) honrar o Caráter de DEUS e as Éticas do Cristo pra elegerem seus candidatos(as) pra presidência da mesa diretora nas Casas

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Em 2027, cabe aos ex-adversários e atuais aliados Lula (PT) e Alckmin (ex-PSDB e atual PSB) honrarem o Caráter de DEUS e as Éticas do Cristo. Eles sabem que o poder mundano é mortal ...

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Em 2027, o cristão Edson Fachin passará [em 28 setembro] o mandato da presidência do Supremo ao cristão Alexandre Moraes. Cabe a eles honrar o Caráter de DEUS e as Justas Justiças do Cristo ...

.

ANO 34

O jornalista **Cesar Neto** usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Confie no Senhor. Tenha fé e coragem. Confie em Deus, o Senhor" **Salmos 27.14 (NTLH)**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Estado de SP tem 2,6 mil vagas de emprego no setor de indústria nesta semana

Os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) do Governo de São Paulo oferecem nesta semana 2,6 mil vagas de emprego no setor de indústria em todo o estado. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico conta com mais de 200 unidades de atendimento espalhadas por todo o estado para auxiliar quem está em busca de emprego. Além dos PATs, os trabalhadores de São Paulo podem acessar o Trampolim, plataforma que reúne vagas de emprego e cursos de qualificação.

Para usar um serviço do PAT em seu município, é necessário levar RG, CPF e Carteira de Trabalho.

Além das vagas, os PATs oferecem atendimento e serviços gratuitos para trabalhadores, como a habilitação ao Seguro-Desemprego. É importante lembrar que as vagas podem ser preenchidas a qualquer momento e o número pode variar ao longo do dia.



Foto: Governo de SP

A plataforma Trampolim reúne vagas de emprego e cursos de qualificação, e o candidato pode aplicar filtros para vagas de acordo com a área e com a localização de sua preferência. Além disso, também há diversos cursos de qualificação para conseguir concorrer às vagas de seu perfil.

O Trampolim é uma plataforma digital gratuita. Nela, existe uma curadoria de vagas de emprego e cursos, além de testes de habilidades e uma ferramenta para criação de currículo profissional.

Há também uma seção dedicada exclusivamente para o público idoso que busca recolocação profissional. Por lá, o público 60+ consegue acessar microcrédito e cursos de qualificação profissional. Saiba mais no site do Trampolim.

O Governo de São Paulo conta com mais de 200 Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs), presentes em todo o estado. O equipamento concentra serviços gratuitos à população, destinados à geração de emprego e renda.

Os PATs realizam a intermediação de mão de obra. O objetivo é promover a recolocação do trabalhador no mercado de trabalho por meio de buscas junto ao Sistema Nacional de Emprego (SINE).

Além disso, nos PATs, o cidadão também encontra o serviço de habilitação ao seguro-desemprego. Assim, o trabalhador desempregado tem acesso à assistência financeira temporária em virtude da dispensa sem justa causa.

Para atendimento nas unidades, deve-se comparecer diretamente ao Posto mais próximo com RG, CPF e Carteira de Trabalho. (Governo de SP)

Feriado da Consciência Negra deve movimentar R$ 2,5 bi no turismo do estado de São Paulo

O feriado prolongado do Dia da Consciência Negra deve movimentar R$ 2,5 bilhões na economia do turismo do estado de São Paulo, com a circulação estimada de 2,1 milhões de turistas e excursionistas em diferentes municípios entre os dias 20 e 22 de novembro. Os dados são do Centro de Inteligência da Economia do Turismo, vinculado à Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (CIET/Setur-SP), a partir de sondagem realizada com gestores de municípios turísticos paulistas.

A expectativa é de ocupação hoteleira média de 67,9% durante o período. Em algumas cidades, a procura deve ser ainda maior. Itaóca, por exemplo, no Alto Vale do Ribeira, projeta lotação máxima nos meios de hospedagem.

No litoral, São Vicente e Itanhaém esperam receber cerca de 150 mil visitantes cada, enquanto Peruíbe estima a chegada de 120 mil pessoas. No interior, Mogi Guaçu e Cachoeira Paulista projetam aproximadamente 100 mil visitantes cada durante o feriado.

Programação cultural e afro-turismo impulsionam viagens

A agenda cultural deve ser um dos principais atrativos do feriado. De acordo com a sondagem do CIET, 58,1% dos municípios confirmaram a realização de eventos especiais para atrair visitantes, enquanto 59,7% destacaram que a data contribui para resgatar e preservar tradições locais.

A programação traz festivais temáticos como o AfroFest em Bertioga, o 2º Negritude Araçatuba e a Semana da Consciência Negra em Praia Grande; celebração imersiva como a realizada no quilombo Cangume, em Itaóca e ainda encontros gastronômicos e religiosos. Além de eventos variados como o 1º Encontro de Motorhomes que acontecerá em Ribeirão Pires ampliando as opções de atividades para quem pretende viajar pelo estado.

A preparação dos municípios também considera os impactos do aumento da circulação de pessoas. Segundo o levantamento, 74,2% das cidades promovem ações de conscientização ambiental.

Turismo paulista mantém balanço positivo em 2026

A expectativa para o feriado de novembro acompanha o desempenho positivo do turismo paulista ao longo do ano. Na avaliação dos feriados prolongados realizados até agora, 72,6% dos gestores municipais afirmaram que o movimento turístico em 2026 está superior do que o registrado no mesmo período de 2025. Outros 21% consideraram o desempenho equivalente ao do ano passado. (Governo de SP)

Transportes Metropolitanos de SP aceitam pagamento por aproximação nas estações

Os passageiros que utilizam os transportes metropolitanos podem pagar a tarifa por aproximação com cartões de crédito e débito em todas as estações ferroviárias e nas estações operadas pelo Metrô. A facilidade se soma às opções de pagamento disponíveis e torna o embarque ainda mais prático e ágil.

A iniciativa está alinhada à atuação da Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM), responsável por direcionar políticas e ações voltadas à modernização do sistema e à melhoria dos serviços de transporte público. Por meio da CPTM e do Metrô, a STM trabalha para ampliar a praticidade no acesso à rede e proporcionar uma experiência cada vez melhor aos passageiros.

Desde abril deste ano, a CPTM disponibiliza a tecnologia em todas as 97 estações do sistema ferroviário, abrangendo as linhas operadas pela companhia e pelas concessionárias. O sistema é compatível com as principais bandeiras do mercado, como Elo, Mastercard e Visa, e garante a interoperabilidade e a robustez necessária para processar o elevado volume de transações diárias com segurança. O avanço tecnológico é um compromisso direto com a qualidade do serviço prestado à população.

No Metrô, os passageiros também já podem pagar a passagem por aproximação com cartões de crédito e débito, bem como por meio de celulares e relógios inteligentes em todas as estações das linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata.

Como mais uma iniciativa de modernização, os passageiros já podem utilizar o Pix para a compra de bilhetes QR Code nas máquinas de autoatendimento das estações da CPTM e nas linhas 1-Azul, 2-Verde do Metrô, 3-Vermelha e 15-Prata.



Foto: Governo de SP

Em outubro, as linhas do sistema ferroviário passaram a aceitar a Carteira Digital do TOP nos bloqueios de todas as estações. Os passageiros podem utilizar o saldo do aplicativo para gerar bilhetes digitais em QR Code e efetuar o pagamento da tarifa diretamente pelo celular, dispensando o uso do cartão físico.Para utilizar o serviço, o passageiro precisa baixar o aplicativo TOP, realizar o cadastro e adquirir créditos para a Carteira Digital via Pix.

O QR Code gerado na tela do smartphone é lido diretamente pelos leitores instalados nas catracas e no validador dos ônibus intermunicipais, liberando o acesso do passageiro. Os créditos adquiridos via Pix têm uso exclusivo para a geração de bilhetes digitais no aplicativo. (Governo de SP)

Durigan defende alíquota da reforma e estima média efetiva de 8,5%

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a reforma tributária trará ganhos permanentes de responsabilidade fiscal, justiça social e transparência ao sistema tributário brasileiro.

Ao defender o modelo aprovado, o ministro reiterou que a alíquota máxima estimada para o novo sistema é de 11,3%, mas que a carga efetiva média deverá ficar em 8,5%, enquanto setores beneficiados por regimes diferenciados e parte da população terão tributação menor ou zerada.

As declarações foram feitas na terça-feira (17), durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado destinada a discutir a reforma tributária e a metodologia de cálculo da alíquota dos novos tributos sobre o consumo.

Segundo Durigan, um dos principais avanços do novo sistema será tornar mais transparente o custo das renúncias fiscais. Pela sistemática aprovada, a concessão de novos benefícios tributários terá impacto direto na alíquota dos tributos sobre o consumo, permitindo que a sociedade e os agentes públicos conheçam os efeitos de cada decisão.

"Quando for pautada uma renúncia fiscal, a conta vai ser apresentada de plano. A decisão vai ser inteira", disse o ministro. Ele ressaltou que a medida permitirá avaliar de forma mais clara os custos de incentivos tributários e os impactos dessas decisões sobre os demais contribuintes.

Caráter social

Durigan destacou ainda o caráter social da reforma. Entre as medidas citadas estão a tributação zero da cesta básica, o cashback para famílias inscritas no Cadastro Único, além da redução ou isenção de tributos sobre medicamentos, vacinas, itens de saúde da mulher e outros produtos considerados essenciais.

Na avaliação dele, a reforma amplia a progressividade do sistema tributário ao reduzir a carga sobre bens essenciais e devolver parte dos tributos pagos por famílias de menor renda.

Alíquota efetiva de 8,5%

Ao tratar das estimativas para o novo sistema, o ministro voltou a defender os percentuais divulgados pelo governo e pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Ele reiterou que os 11,3% divulgados correspondem à alíquota máxima de referência, aplicável aos contribuintes que não se enquadram em qualquer regime favorecido.

Segundo ele, a alíquota efetiva média deverá ficar em 8,5%, em razão das reduções previstas para diversos setores da economia, dos regimes diferenciados e das devoluções de tributos para famílias de baixa renda.

"11,3% é a alíquota máxima. Quem tem qualquer regime diferenciado, qualquer redução, vai pagar menos. As pessoas mais pobres vão pagar zero. A alíquota média, é de 8,5%."

Revisão anual

O ministro acrescentou que a alíquota será revisada anualmente. Pela sistemática aprovada, a Receita Federal fornecerá os dados ao TCU, responsável por aplicar a metodologia prevista na legislação e subsidiar a definição dos percentuais para os anos seguintes.

"Isso vai ter uma revisão todo ano. A alíquota está alta? Ótimo, vamos revisitar."

Segundo o ministro, o mecanismo permitirá ajustar benefícios, regimes diferenciados e outros parâmetros do sistema sempre que houver necessidade de recalibrar a alíquota.

Responsabilidade

Durigan também afirmou que a reforma exigirá responsabilidade fiscal dos três Poderes. Segundo ele, novas isenções aprovadas pelo Legislativo ou decisões judiciais que ampliem benefícios tributários poderão elevar a alíquota geral do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para compensar a perda de arrecadação.

"Não há mágica na economia. Nós vamos ter que ser responsáveis todos, inclusive o Supremo, inclusive o Judiciário, porque a conta vai vir."

A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo federal criado na reforma tributária, substituirá o PIS/Pasep e a Cofins a partir de 2027. Ao lado do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, formará o novo modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual do país.

A CBS incidirá sobre o consumo de bens e serviços e seguirá o princípio da não cumulatividade. Na prática, as empresas poderão descontar créditos relativos aos tributos pagos nas etapas anteriores da cadeia produtiva, reduzindo a chamada tributação em cascata.

Paralelamente à definição da alíquota, o governo vem defendendo medidas para facilitar a transição ao novo sistema. Uma proposta anunciada pelo Ministério da Fazenda prevê mecanismos que ampliam o aproveitamento de créditos tributários, inclusive sobre máquinas, equipamentos e outros investimentos das empresas.

Segundo a equipe econômica, as medidas buscam reduzir custos de adaptação, dar mais previsibilidade aos contribuintes e suavizar a passagem do sistema atual para o IVA dual.

Pela legislação da reforma, coube inicialmente à Receita Federal elaborar os cálculos da alíquota necessária para preservar a arrecadação dos tributos federais que serão substituídos. Em seguida, o Tribunal de Contas da União (TCU) analisou a metodologia e calculou a chamada alíquota de referência da CBS. Em outubro, o tribunal aprovou o percentual de 11,3468%, arredondado para 11,3%.

Benefícios tributários

O índice supera a estimativa anterior de 9,21% apresentada pela equipe econômica e utilizada nos estudos e projeções sobre a reforma tributária. Segundo o Ministério da Fazenda, a diferença decorre principalmente da incorporação mais precisa dos benefícios e tratamentos diferenciados previstos na legislação.

Os 11,3% representam uma alíquota de referência, utilizada como parâmetro para a definição do imposto. O percentual efetivamente cobrado pode variar conforme o tipo de operação e os benefícios previstos na legislação, como: reduções de alíquotas para determinados setores; isenções e hipóteses de alíquota zero; regimes específicos de tributação; aproveitamento de créditos tributários nas operações anteriores.

Por isso, a alíquota de referência não significa, necessariamente, um aumento equivalente nos preços de bens e serviços.

IVA dual

A divulgação do percentual reacendeu o debate sobre a carga tributária do novo IVA dual. Em discussões recentes sobre a regulamentação da reforma, deputados admitiram rever benefícios tributários caso a soma das alíquotas da CBS e do IBS ultrapasse os 26,5% que serviram de referência durante a tramitação da proposta.

Com a conclusão da etapa técnica no TCU, caberá agora ao Senado deliberar sobre a alíquota da CBS. É nesse contexto que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vem discutindo os critérios utilizados no cálculo e os impactos do percentual sugerido pelo tribunal.

A legislação prevê que o Senado fixe a alíquota por meio de resolução. Assim, embora o cálculo de referência de 11,3% já tenha sido aprovado pelo TCU, a definição final ainda dependerá da deliberação dos parlamentares. (Agência Brasil)

Regulação de big techs pode reduzir custos em até R$ 50 bilhões

A regulação concorrencial das big techs, grandes plataformas digitais, pode gerar uma redução de custos entre R$ 15,3 bilhões e R$ 50,6 bilhões por ano no Brasil, segundo estudo da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda divulgado na segunda-feira (16).

A estimativa considera os efeitos da ampliação da concorrência sobre preços e taxas cobrados por empresas de tecnologia. A proposta, que mira gigantes como Google, Meta, Amazon e Microsoft, está em tramitação na Câmara dos Deputados e pode ser votada ainda neste ano.

Impacto econômico

Elaborado pela Secretaria de Reformas Econômicas, o estudo analisa o Projeto de Lei 4.675/2025, de iniciativa do governo federal. A projeção representa um benefício equivalente a 0,1% a 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB), ou entre R$ 70 e R$ 240 por habitante ao ano.

O levantamento considera 13 segmentos com maior exposição a riscos concorrenciais, dentro de um universo de plataformas digitais que movimentou R$ 410 bilhões em 2025, equivalente a 3,2% do PIB brasileiro.

Entre as atividades avaliadas estão: Meios de pagamento e lojas de aplicativos; Publicidade digital e redes sociais; Computação em nuvem e inteligência artificial; Aplicativos de transporte e delivery; Buscadores, navegadores e serviços de mensagens.

Segundo o relatório, a redução estimada de preços varia entre 10% e 33% nos segmentos analisados.

A expectativa é que a maior concorrência reduza taxas de intermediação e custos de serviços digitais utilizados por empresas de diferentes setores.

O impacto pode alcançar atividades como varejo, turismo, alimentação, logística, software, mídia e serviços profissionais. Pequenos negócios que dependem de aplicativos de entrega, publicidade digital e meios de pagamento também podem ser beneficiados.

O relatório ressalta que a projeção considera apenas os "efeitos diretos da redução de preços". O estudo acrescenta que não foram incorporados possíveis ganhos relacionados à qualidade, variedade, inovação e ampliação do acesso aos mercados.

O projeto prevê novos instrumentos para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) fiscalizar grandes grupos econômicos com relevância sistêmica nos mercados digitais.

A proposta estabelece critérios para identificar companhias que poderão obedecer a obrigações adicionais em relação a outras empresas do mesmo setor para preservar a concorrência. Entre os requisitos estão: Faturamento anual superior a R$ 50 bilhões no mundo ou R$ 5 bilhões no Brasil; Atuação em mais de um mercado de múltiplos lados ou controle de acesso a ecossistemas digitais; Avaliação individualizada e fundamentada pelo Cade.

O enquadramento financeiro não significa designação automática nem aplicação imediata de obrigações. As medidas dependerão de processos específicos, com participação das empresas e análise dos riscos concorrenciais.

O projeto não prevê controle direto de preços, mas busca reduzir barreiras à entrada de concorrentes e ampliar as opções disponíveis aos consumidores e às empresas.

Apresentada em 2025, a proposta está sob relatoria do deputado Aliel Machado (PV-PR) e aguarda inclusão na pauta do plenário da Câmara. O projeto tramita em regime de urgência e ainda precisará passar pelo Senado.

O governo e parlamentares favoráveis defendem a aprovação até o fim de 2026.

O relatório também destaca que União Europeia, Reino Unido, Alemanha, Japão e Coreia do Sul já adotaram mecanismos específicos para ampliar a concorrência nos mercados digitais.

Em nota, o secretário de Reformas Econômicas, Regis Dudena, afirmou que a iniciativa pode contribuir para distribuir melhor os ganhos econômicos gerados pelas plataformas.

"O estudo traz maior concretude aos efeitos econômicos positivos esperados, com aprovação do Projeto de Lei de Concorrência Digital", afirmou.

Dudena também destacou que a proposta busca preservar o papel das grandes plataformas na economia, mas estabelecer salvaguardas contra a concentração excessiva de poder de mercado. (Agência Brasil)

Mais de 276 mil trabalhadores ainda não sacaram o abono salarial 2026

Mais de 276 mil trabalhadores ainda não retiraram o abono salarial 2026. Segundo levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 276.831 pessoas têm valores disponíveis para saque, que somam R$ 304,8 milhões. O prazo para receber o benefício termina em 28 de dezembro de 2026.

Os pagamentos são feitos pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil. Até 9 de novembro, foram pagos 26.588.717 benefícios, totalizando R$ 33,1 bilhões. O volume representa 98,97% do total de pagamentos previstos para o calendário deste ano.

Ao todo, foram emitidas 26.865.548 ordens de pagamento, referentes ao ano-base 2024 e às revisões dos cinco anos anteriores.



Foto/Bruno Peres/Agência Brasil

Como consultar

Os trabalhadores podem verificar informações sobre o pagamento, os valores disponíveis e a situação do benefício pelo aplicativo Carteira de Trabalho Digital e pelo Portal Gov.br.

No caso de quem pediu revisão por meio de recurso administrativo, os pagamentos serão emitidos no dia 15 de cada mês ou no primeiro dia útil seguinte.

As informações sobre os recursos podem ser consultadas a partir do dia 5 de cada mês nos canais digitais do governo federal.

Quem tem direito

Para receber o abono salarial 2026, o trabalhador precisa atender aos seguintes requisitos:

• Estar cadastrado no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos, contados a partir do primeiro vínculo com empregador contribuinte; • Ter recebido remuneração média mensal de até R$ 2.766 em 2024; • Ter trabalhado por, no mínimo, 30 dias, consecutivos ou não, durante o ano-base; • Ter os dados informados corretamente pelo empregador no e-Social.

Pagamento pela Caixa

Na Caixa Econômica Federal, que paga o PIS, o benefício é depositado prioritariamente em conta corrente, poupança ou conta digital, caso o trabalhador tenha uma dessas modalidades.

Outra possibilidade é o recebimento pelo aplicativo Caixa Tem, por meio de uma Conta Poupança Social Digital aberta automaticamente pelo banco.

Quem não tem conta na instituição pode fazer o saque nos seguintes locais:

• Agências da Caixa; • Casas lotéricas; • Terminais de autoatendimento; • Correspondentes Caixa Aqui; • Outros canais disponibilizados pelo banco.

Pagamento pelo BB

No Banco do Brasil, que administra o Pasep, o crédito também é feito prioritariamente em conta bancária.

Para quem não é correntista, as alternativas incluem Transferência Eletrônica Disponível (TED), Pix ou atendimento presencial nas agências. A opção presencial está disponível para trabalhadores sem chave Pix.

Canais de atendimento

Em caso de dúvidas sobre o abono salarial 2026, os trabalhadores podem procurar os canais oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego, as superintendências regionais do Trabalho e Emprego (SRTEs) ou entrar em contato pelo telefone 158, da central Alô Trabalho

O prazo final para retirada do benefício vai até 28 de dezembro de 2026. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor
Cidadania & Economia

Conheça seus Direitos

Com homenagem a Márcio Chaer, Anuário da Justiça São Paulo é lançado no TJ-SP

A 15ª edição do *Anuário da Justiça São Paulo* foi lançada na última terça-feira (10/11), na sede do Tribunal de Justiça de São Paulo. O evento, com a presença de quase 300 convidados, contou com a cúpula da Justiça paulista, representantes da advocacia, do Poder Executivo. Familiares de Márcio Chaer, fundador da publicação e da revista eletrônica *Consultor Jurídico*, também marcaram presença na cerimônia. Morto no dia 3 de outubro, aos 71 anos, o jornalista foi homenageado na cerimônia pela sua trajetória pioneira na cobertura especializada da Justiça e do mundo do Direito.

Um dos destaques desta nova edição do **Anuário** é a análise sobre o desempenho do Tribunal de Justiça de São Paulo em 2025. Os dados revelam que a judicialização tem oscilado, mas a tendência de alta permanece. O número de casos novos atingiu o seu ponto mais alto desde que a publicação passou a cobrir seus passos. Foram 6,4 milhões de processos, 5 milhões na primeira instância e 1,4 milhão no tribunal.

Por outro lado, o volume de casos julgados subiu 72% (de quase cinco milhões para mais de oito milhões) de 2021 para 2025. Foi o que destacou Mauricio Cardoso, diretor-geral do *Anuário da Justiça* e da *ConJur*.

"Em tempos de tanta contestação do papel do Judiciário, estes números falam por si", afirmou o jornalista durante o lançamento da edição 2026. "Ao contrário das expectativas iniciais, o *Anuário* resistiu bravamente, para registrar as mudanças que transformaram o Judiciário paulista neste tempo, de forma que pudesse responder à altura à crescente demanda da sociedade por Justiça."

Presente no evento, o presidente da OAB-SP ressaltou a importância das duas publicações jurídicas e destacou a confiança no trabalho do TJ-SP. "A Ordem paulista tem orgulho de dizer que confia na Justiça de São Paulo e sabe o quanto a Justiça paulista tem o potencial de ser referencial para a Justiça do Brasil."

Também participaram do lançamento Francisco Eduardo Loureiro, presidente do TJ-SP; André Lemos Jorge, secretário municipal de Justiça de São Paulo; João Felippe Belém de Gouvêa Reis, 2º subdefensor público-geral do estado de São Paulo, representando a Defensoria Pública-Geral; e Adriano Ribeiro, diretor-executivo do Contencioso Jurídico da JBS, entre outras autoridades e convidados.

Nicholas Maciel Merlone - | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.
Instagram: @nicholasmmerlone / Contato: nicholas.merlone@gmail.com



Brasil assina na COP31 pacto global por IA sustentável e empregos

O Brasil aderiu, na segunda-feira (16), durante a COP31, em Antália, na Turquia, a um compromisso internacional para promover o desenvolvimento sustentável da inteligência artificial (IA). O acordo busca equilibrar inovação tecnológica, preservação ambiental e proteção dos empregos diante dos impactos da automação.

O país oficializou sua participação no Compromisso de Antália sobre Inteligência Artificial (Antalya Pledge on Artificial Intelligence, em inglês), iniciativa lançada pela Presidência turca em parceria com a União Internacional de Telecomunicações (UIT) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

O pacto prevê o incentivo ao uso responsável da tecnologia, com atenção aos impactos ambientais dos centros de processamento de dados, especialmente o consumo de energia e água, e às mudanças provocadas pela automação no mercado de trabalho.

Proteção ao trabalhador

Representando o Brasil, o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (MCom), Hermano Tercius, participou das discussões sobre os desafios e as oportunidades da inteligência artificial. Ele defendeu que a transformação tecnológica avance sem deixar os trabalhadores desprotegidos.

"Hoje o Brasil assinou um importante compromisso internacional para o setor. Em nosso discurso, destacamos a preocupação do governo brasileiro com a proteção dos trabalhadores diante das transformações e da substituição de vagas causadas pela IA, defendendo a garantia e a manutenção desses postos de trabalho", afirmou Tercius em nota.

Segundo o Ministério das Comunicações, a adesão reforça a posição brasileira de que o desenvolvimento tecnológico deve caminhar junto com o crescimento econômico, a inclusão social e a sustentabilidade.

Além de aderir ao compromisso, o Brasil apresentou, na COP31, projetos que relacionam tecnologia, cidadania e preservação ambiental.

Em painel realizado em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), o MCom destacou políticas públicas como: Gov.br: plataforma de serviços digitais do governo federal.

Plano Brasileiro de Inteligência Artificial: iniciativa voltada ao desenvolvimento da tecnologia no país.

Computadores para Inclusão: programa que recolhe equipamentos eletrônicos descartados, recondiciona os aparelhos e os destina a escolas, instituições e comunidades.

Coordenado pelo Ministério

das Comunicações, o programa de inclusão digital também busca reduzir o descarte inadequado de equipamentos e prolongar a vida útil dos aparelhos.

A delegação brasileira participou ainda de um painel da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) sobre a criação do Instituto de Inteligência Artificial para Mudanças Climáticas (AICI), que terá sede no Brasil.

A instituição deverá apoiar países em desenvolvimento na criação de soluções próprias de IA voltadas a áreas como: Gestão dos recursos hídricos; Prevenção de desastres naturais; Monitoramento ambiental.

A participação na COP31 amplia a atuação brasileira nas discussões internacionais sobre o futuro da inteligência artificial. A agenda apresentada pelo país busca conciliar inovação, inclusão digital, proteção dos trabalhadores e responsabilidade ambiental. (Agência Brasil)

Dino decide que escala 5x2 será julgada de forma definitiva pelo STF

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu na terça-feira (17) que as ações que tratam das regras de transição para o início da escala de trabalho 5x2 serão julgadas de forma definitiva, ou seja, diretamente no mérito. Na semana passada, o plenário virtual da Corte iniciou o julgamento para referendar a liminar do ministro, que é relator do caso, sobre a questão, mas o julgamento foi suspenso por um pedido de destaque feito por Luiz Fux. O placar parcial do julgamento está 4 votos a 0 para manter a decisão do relator.

Na decisão, Dino reforçou que sua liminar que manteve a implantação da nova escala para 16 de dezembro deste ano continua em vigor.

O ministro também ressaltou que as negociações coletivas para implantação da nova jornada não estão proibidas.

"Friso que as negociações coletivas, protegidas pela Constituição Federal e mencionadas na decisão liminar, também podem prosseguir, nos termos que as partes sindicais e empresariais considerarem cabíveis", afirmou o ministro.

A data da retomada do julgamento sobre o fim da escala 6x1 vai depender do presidente do STF, ministro Edson Fachin, responsável pela pauta do plenário.

Para definir a data, o ministro Luiz Fux precisa liberar o processo para julgamento no plenário físico. O ministro ainda não indicou quando deve tomar a medida. (Agência Brasil)

Aluguel continua a subir acima da inflação

O aluguel residencial continua a subir em ritmo superior ao da inflação, embora os reajustes tenham perdido força nos últimos meses.

Em outubro, os preços avançaram 0,49%, levando a alta acumulada em 12 meses a 9,01%, quase o dobro do IPCA no período, de 4,63%, segundo levantamento do Índice FipeZAP divulgado na terça-feira (17), desenvolvido pela Fipe em parceria com o Grupo OLX.

De acordo com o estudo, apesar da pressão sobre os valores cobrados nos novos contratos, o mercado de locação apresenta sinais de desaceleração. Outubro foi o sexto mês consecutivo de perda de ritmo, depois de a alta mensal ter atingido 1,04% em abril.

"Esse movimento de aumento de preços em um patamar mais baixo indica uma estabilização no mercado, com ajustes mais moderados, refletindo a capacidade de pagamento das famílias e as condições de oferta e demanda em cada cidade", afirma Mariangela Silva, economista do Grupo OLX.

No acumulado de 2026, os aluguéis registram valorização de 7,63%, também acima do IPCA, que subiu 4,10% no período. O resultado supera ainda a variação do IGP-M, indicador frequentemente utilizado como referência para reajustes contratuais, que acumula alta de 4,97% no ano.

"É importante deixar claro que o índice de reajuste do aluguel só é aplicado uma vez a cada 12 meses, na data de aniversário do contrato. Ou seja, o IGP-M não impacta diretamente novos contratos, apenas aqueles que estão vigentes e cuja correção é realizada considerando esse índice. Para quem tem contrato vigente e corrigido pelo IGP-M, a alta deste índice vai acarretar um reajuste de aluguel superior ao pago no ano anterior", afirma a economista.

Segundo Mariangela, essa sustentação dos preços acima da inflação é impulsionada, por um lado, pelo mercado de trabalho resiliente preservando a geração de renda e permitindo que parte dos locatários absorva os reajustes.

"De outro, o cenário de juros elevados e crédito imobiliário mais restritivo faz com que muitas famílias adiem a compra da casa própria e permaneçam no aluguel, mantendo a demanda por locação aquecida frente à oferta disponível", diz.

O levantamento mostra que 35 das 36 cidades monitoradas tiveram aumento dos preços nos últimos 12 meses. A única exceção foi Pelotas (RS), com queda de 2,61%.

Entre as capitais, Natal lidera a valorização em 12 meses, com alta de 16,95%, seguida por Fortaleza (16,69%) e Rio de Janeiro (14,10%). Vitória (12,66%), Teresina (12,09%) e Manaus (11,58%) também aparecem entre as cidades com maiores avanços.

Em São Paulo, os aluguéis subiram 6,63% em 12 meses e 5,53% desde o início do ano. Em outubro, a alta foi de 0,57%, acima da média nacional, de 0,49%.

A capital paulista, no entanto, continua sendo a mais cara entre as capitais monitoradas. O preço médio anunciado chegou a R$ 66,16 por metro quadrado, ante R$ 55,04 na média das 36 cidades pesquisadas.

Considerando um apartamento de 50 m², o valor médio anunciado na capital equivale a aproximadamente R$ 3.308 mensais, sem considerar condomínio e IPTU.

O levantamento também mostra diferenças expressivas dentro da cidade. Pinheiros aparece com o maior preço médio entre as regiões acompanhadas, de R$ 100,30 por metro quadrado, seguido por Itaim Bibi (R$ 94,20), Moema (R$ 86), Jardins (R$ 84,90) e Paraíso (R$ 81,60).

No outro extremo, Santana registra R$ 49,70 por metro quadrado, enquanto Vila Andrade tem média de R$ 54,10.

A diferença de preços também aparece conforme o tamanho dos imóveis. Apartamentos de um dormitório têm o maior valor médio por metro quadrado, de R$ 72,76, enquanto unidades de três dormitórios custam R$ 47,52 por metro quadrado, de acordo com o FipeZAP.

Na comparação anual, os imóveis de dois dormitórios foram os que mais se valorizaram, com alta de 10,20%. As unidades de quatro ou mais dormitórios tiveram o menor avanço, de 7,43%.

A rentabilidade do aluguel, indicador que mede o retorno potencial do proprietário em relação ao valor do imóvel, ficou em 6,13% ao ano na média das cidades pesquisadas.

O retorno é maior nos apartamentos de um dormitório, com 6,71% ao ano, e menor nas unidades com quatro ou mais quartos, com 4,89%.

Entre as capitais, Recife oferece a maior rentabilidade estimada, de 8,24% ao ano, seguida por Belém (8,20%), Cuiabá (8,04%), Natal (8,02%) e Manaus (8,01%).

Em São Paulo, o retorno médio estimado é de 6,44% ao ano. No Rio de Janeiro, chega a 6,27%.

Segundo a Fipe, a rentabilidade média do aluguel permanece abaixo da taxa de juros real de referência projetada para os próximos 12 meses, o que reduz a atratividade relativa da locação como investimento diante de aplicações financeiras. (Folhapress)

Brasil gasta R$ 14,5 bilhões por ano com guerra às drogas

O sistema de justiça criminal brasileiro gasta R$ 14,5 bilhões por ano com a guerra às drogas ilícitas. O dado foi calculado em uma pesquisa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) divulgada na terça-feira (17).

O montante foi usado, em 2024, para manter o trabalho de polícias, defensorias públicas, ministérios públicos, sistema prisional e órgãos da Justiça no enfrentamento ao tráfico de drogas e na punição dos envolvidos com o comércio dessas substâncias.

A pesquisadora do Cesec Rachel Machado destaca que o valor é alto e que o problema continua sem solução.

"A gente não tem evidências de que essa atuação do Estado, voltada para a guerra às drogas, enfraqueça ou diminua a circulação das drogas", explica.

Encarceramento

O levantamento mostrou que o maior gasto é com os sistemas prisionais. De acordo com o estudo, o encarceramento de pessoas processadas pela lei de drogas teve um custo de R$ 3,88 bilhões, ou 27% do total.

Em segundo lugar, aparecem os gastos com as polícias militares e Rodoviária Federal, responsáveis pelo policiamento ostensivo, ou seja, pelo patrulhamento nas ruas. Nesse caso, foram gastos R$ 3,24 bilhões (22% do total).

Juntos, esses dois segmentos foram responsáveis por quase metade do total contabilizado.

Rachel destaca que as polícias ostensivas e o sistema prisional são justamente o primeiro elo (repressão) e o último (punição) do sistema de justiça criminal. Isso mostra, segundo ela, a ineficácia da guerra às drogas.

"São as duas pontas: a repressiva e a punitiva. São as duas pontas que mais gastam com a implementação da Lei de Drogas. Na repressão e na punição, as instituições não conseguem combater de maneira efetiva as organizações criminosas", ressalta a pesquisadora.

Gastos com os processos

Depois das polícias ostensivas, as polícias investigativas (as civis e a Federal) gastaram R$ 2,64 bilhões, ou 18%. O sistema socioeducativo, que tem a função de ressocializar e garantir a educação de crianças e adolescentes infratores, respondeu por R$ 1,46 bilhão, ou 10% dos gastos.

A fase processual consome o restante: R$ 3,3 bilhões (23% do total). A maior parte é gasta pelo Poder Judiciário. Tribunais de Justiça estaduais e federais, ou seja, aqueles que julgam os acusados de envolvimento com o tráfico, gastam R$ 2,38 bilhões, ou 16%.

Os ministérios públicos, cuja função é oferecer denúncia à Justiça e sustentar a acusação contra os réus nos processos criminais, além de acompanhar a investigação policial, gastaram R$ 737,78 milhões, ou 5%. Por fim, as defensorias públicas, que defendem gratuitamente parte dos réus, gastaram R$ 207,2 milhões, ou pouco mais de 1%.

Fatia orçamentária

Em média, as Unidades da Federação usaram 7,9% de seus orçamentos do sistema de justiça criminal com a aplicação da Lei de Drogas.

O Paraná lidera, com 11,8%, seguido por Espírito Santo (11,5%) e São Paulo (11,1%).

Paraíba (5,2%) e o Piauí (4,8%) são as unidades federativas que menos gastaram com essa legislação. A União usou 10,9% de seu orçamento com o enfrentamento às drogas.

Segundo Rachel Machado, a guerra às drogas, além de ser custosa e ineficaz, causa grandes prejuízos para a sociedade.

"Temos prejuízos com crianças que não podem ser atendidas [em unidades de saúde], que não podem ir para a escola por conta de operações policiais. Toda a economia daquelas regiões é afetada diretamente pelas operações policiais. Então, custa caro economicamente, mas também custa à vida das pessoas, o sonho das crianças de estudar e de ter uma educação de qualidade", lamenta.

O estudo considera que, apesar de alto, esse custo com a aplicação da Lei de Drogas é subestimado, já que nem todas as despesas relacionadas à legislação são contabilizadas, como é o caso dos gastos com operações e incursões policiais.

Para a pesquisadora, o dinheiro seria mais bem gasto se fosse direcionado para políticas de transferência de renda, para a educação ou para a ampliação de Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (Caps-AD).

O estudo aponta que os R$ 14,5 bilhões poderiam ser usados para construir 6 mil Caps-AD, beneficiar 1,8 milhão de famílias com o programa Bolsa Família ou mesmo zerar a fila das creches com a construção de 2.536 unidades.

Por meio de nota, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) afirmou que uma política sobre drogas efetiva exige uma atuação integrada, que combine o enfrentamento ao tráfico e ao crime organizado com investimentos em inteligência, prevenção, cuidado, produção de conhecimento e desenvolvimento social.

"Essas estratégias são complementares e devem ser articuladas para enfrentar tanto as atividades criminosas quanto os fatores de vulnerabilidade associados ao mercado ilegal de drogas", informa a nota.

Além disso, segundo o MJSP, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad) tem investido em pesquisas, capacitação e produção de evidências para aprimorar as políticas públicas.

A Senad também tem desenvolvido iniciativas de prevenção centradas nas pessoas e nos territórios, como a Rede de Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social (Rede CAIS), o programa Cria – Prevenção e Cidadania e o Pronasci Juventude e o Território Seguro.

Em 2024, segundo o ministério, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) intensificou as ações de enfrentamento ao tráfico de drogas e às organizações criminosas em todo o país. As operações resultaram na apreensão de 779,5 toneladas de drogas e 5.243 armas.

O MJSP também destaca que 51.649 pessoas foram presas.

O prejuízo às organizações criminosas com essas operações foi estimado em R$ 13 bilhões.

"Os resultados refletem o investimento da Senasp na integração das forças de segurança, no fortalecimento da inteligência policial e na atuação coordenada para desarticular redes criminosas e ampliar o combate ao tráfico de drogas no Brasil".

O ministério encerra a nota informando que "entende que a articulação entre segurança pública, saúde, assistência social, educação e desenvolvimento territorial é fundamental para uma resposta abrangente e sustentável aos desafios relacionados às drogas no país". (Agência Brasil)

Feirões oferecem descontos de até 99% para renegociar dívidas no fim do ano

Com a proximidade do fim do ano, consumidores encontram diferentes campanhas para renegociar dívidas e regularizar pendências financeiras. As iniciativas incluem mutirões de bancos e instituições financeiras e ações próprias de empresas de telefonia ou contas básicas.

Em São Paulo, a Serasa prepara uma estrutura presencial de 23 mil metros quadrados no Vale do Anhangabaú, centro da capital, com mais de 3.300 empresas participantes e 208 milhões de ofertas de negociação. Os descontos podem chegar a 99% a depender da idade e do valor da dívida.

A tenda funcionará de 26 de novembro a 3 de dezembro, das 9h às 18h. Além das negociações, haverá serviços gratuitos e 130 horas de palestras e oficinas sobre educação financeira, planejamento do orçamento e geração de renda. A programação completa pode ser consultada no site da Serasa.

A iniciativa ocorre em meio ao avanço da inadimplência no estado. Segundo dados do Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas da Serasa, São Paulo chegou a mais de 20,2 milhões de pessoas inadimplentes em outubro, maior volume da série histórica e alta de 7,4% em relação ao mesmo mês de 2025.

Os consumidores acumulam mais de 104,4 milhões de dívidas, que somam R$ 167,4 bilhões. O valor médio devido por pessoa é de R$ 8.255,63, enquanto cada dívida tem valor médio de R$ 1.603,42.

Na capital paulista, são 5,5 milhões de pessoas com dívidas negativadas, que somam mais de 32 milhões de débitos e R$ 48 bilhões em pendências. Em média, cada consumidor tem 5,8 dívidas.

As contas básicas, como água, luz e gás, representam 27,8% das dívidas no estado. Em seguida aparecem bancos e cartões (26,8%) e financeiras (21,1%).

Além da iniciativa da Serasa, bancos e empresas de diferentes setores oferecem condições próprias para consumidores regularizarem débitos. Os prazos, descontos e modalidades de negociação variam conforme a instituição e o perfil da dívida.

A Caixa Econômica Federal oferece a campanha Tudo em Dia, voltada à negociação de dívidas de clientes do banco, com vigência até 30 de dezembro. Para os contratos elegíveis, a instituição oferece descontos de até 90% para liquidação de dívidas comerciais à vista, inclusive cartão de crédito.

O Banco do Brasil participa do Mutirão Nacional de Negociação de Dívidas e Orientação Financeira, que vai até 30 de novembro. Clientes podem conseguir descontos de até 90%, conforme o perfil e a situação de cada dívida.

Podem ser negociados débitos bancários em atraso e não prescritos, como cartão de crédito, cheque especial e crédito consignado. Financiamentos de veículos, motocicletas e imóveis, além de dívidas prescritas, não entram na iniciativa.

O mutirão é coordenado pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos), em parceria com o Banco Central, a Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor) e órgãos de defesa do consumidor.

O Sicoob promove o Feirão Limpa Nome em parceria com a Serasa, com condições especiais para pessoas físicas renegociarem dívidas relacionadas principalmente a empréstimos.

A campanha começou em 3 de novembro e vai até 31 de dezembro. A negociação pode ser feita pelo site ou aplicativo da Serasa, pelo aplicativo do Sicoob ou diretamente em uma agência ou cooperativa de crédito.

O PagBank realiza o segundo Feirão de Renegociação de Dívidas do ano, com condições especiais para clientes elegíveis. A campanha começou em 2 de novembro e vai até 7 de dezembro, com possibilidade de parcelamento em até 24 vezes.

A Light iniciou na segunda-feira (16) uma campanha de negociação de débitos que vai até o fim do ano. Os descontos podem chegar a 95%, com possibilidade de parcelamento em até 24 vezes.

A iniciativa é destinada a clientes com contas em atraso há mais de seis meses e que atendam aos critérios fiscais estabelecidos pela concessionária.

A adesão pode ser feita pela Agência Virtual da Light. Equipes de campo da empresa e atendentes da Agência Móvel também poderão apresentar as condições e realizar negociações por meio de maquininhas de pagamento.

As distribuidoras da Neoenergia em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Brasília, Bahia, Pernambuco e Rio Grande Norte oferecem até 100% de desconto nos encargos para contas atrasadas em mais de um ano, de acordo com a situação de cada cliente.

Consumidores podem optar por quitar a dívida à vista ou em até 24 vezes. (Folhapress)

WTorre S.A.

CNPJ: 07.022.301/0001-65

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas - em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 - *(Em milhares de reais)*

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9	202	5.601	22.032
Contas a receber	5	-	-	17.817	19.722
Estoque imobiliário	6	-	-	81.754	83.151
Adiantamentos a fornecedores	-	118	72	1.551	2.045
Créditos fiscais	7.a	1.680	680	8.037	14.567
Outros ativos	8	6.065	5.329	8.563	9.493
Total ativo circulante		**7.872**	**6.283**	**123.323**	**151.010**
Ativo não circulante					
Contrato de mútuo	9	140.822	143.190	11.826	14.216
Contas a receber	5	-	-	-	3.016
Créditos fiscais	7.a	-	-	16.885	7.452
Impostos diferidos	7.b	-	-	175.447	175.644
Outros ativos	8	2.418	2.229	22.481	19.154
Investimentos	10	458.642	463.302	29.921	30.273
Imobilizado	11 (a)	193	240	405.112	424.265
Intangível	11 (b)	656	722	656	751
Total ativo não circulante		**602.731**	**609.683**	**662.328**	**674.771**
Total do ativo		**610.603**	**615.966**	**785.651**	**825.781**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivo circulante					
Fornecedores	12	13.095	11.937	62.271	55.697
Empréstimos e financiamentos	13	761	17.897	101.573	107.295
Debêntures a pagar	14	279.336	252.907	417.243	390.814
Adiantamentos de clientes	15	11.022	985	90.126	73.414
Obrigações sociais e trabalhistas	-	1.365	1.102	4.974	3.935
Obrigações fiscais e impostos parcelados	16	32.023	29.711	56.304	46.725
Provisão para perdas - Investimentos	10	694.317	655.186	-	-
Contratos de mútuo	9	-	-	530	863
Outros passivos	19	24.325	14.924	41.244	32.158
Total passivo circulante		**1.056.244**	**984.649**	**774.265**	**710.901**
Passivo não circulante					
Fornecedores	12	-	2.530	5.516	2.530
Empréstimos e financiamentos	13	12.964	13.677	642.145	677.486
Adiantamentos de clientes	15	-	-	65.725	66.929
Obrigações fiscais e impostos parcelados	16	45.136	44.541	99.403	90.409
Impostos diferidos	17	-	-	5.910	5.847
Provisão para contingências e demandas judiciais	18	34.094	141.929	115.009	212.558
Contratos de mútuo	9	795.361	767.673	441.486	425.416
Outros passivos	19	98.273	2.296	98.277	4.275
Total passivo não circulante		**985.828**	**972.646**	**1.473.471**	**1.485.450**
Patrimônio líquido					
Capital social	20.a	16.363	16.363	16.363	16.363
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.b	159	159	159	159
Prejuízos acumulados	-	(1.447.991)	(1.357.851)	(1.447.991)	(1.357.851)
Total patrimônio líquido		**(1.431.469)**	**(1.341.329)**	**(1.431.469)**	**(1.341.329)**
Participação dos não controladores	-	-	-	(30.616)	(29.241)
Total do patrimônio líquido e participações dos não controladores		**(1.431.469)**	**(1.341.329)**	**(1.462.085)**	**(1.370.570)**
Total do passivo		**610.603**	**615.966**	**785.651**	**825.781**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos líquidos acumulados	Total patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido e participações dos não controladores
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**16.363**	**(350)**	**-**	**(1.798.928)**	**(1.782.915)**	**(29.760)**	**(1.812.675)**
Lucro do exercício	-	-	-	441.077	**441.077**	544	**441.621**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	509	-	**509**	-	**509**
Integralização de capital	-	350	(350)	-	**-**	-	-
Destinação							
Participação dos não controladores	-	-	-	-	**-**	(25)	**(25)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**16.363**	**-**	**159**	**(1.357.851)**	**(1.341.329)**	**(29.241)**	**(1.370.570)**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(90.140)	**(90.140)**	(1.374)	**(91.514)**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	**-**	-	**-**
Integralização de capital	-	-	-	-	**-**	-	**-**
Destinação							
Participação dos não controladores	-	-	-	**-**	-	(1)	**(1)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**16.363**	**-**	**159**	**(1.447.991)**	**(1.431.469)**	**(30.616)**	**(1.462.085)**

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita líquida	21	-	-	**239.926**	**248.258**
Custos operacionais	22	-	-	(67.661)	(61.723)
Resultado bruto		-	-	**172.265**	**186.535**
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas	23	(12.510)	(3.415)	(41.537)	(47.999)
Comerciais	24	-	-	(49.273)	(49.801)
Equivalência patrimonial	11	(36.530)	304.411	7.894	4.357
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	7.429	506.807	(18.478)	635.779
Total		**(41.611)**	**807.803**	**(101.394)**	**542.336**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(41.611)**	**807.803**	**70.871**	**728.871**
Receitas financeiras	26	22.868	-	23.778	34.418
Despesas financeiras	26	(71.397)	(340.468)	(184.941)	(534.709)
Resultado financeiro		**(48.529)**	**(340.468)**	**(161.163)**	**(500.291)**
Prejuízo/lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**(90.140)**	**467.335**	**(90.292)**	**228.580**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	-	-	(133)	(474)	(170)
Diferido	7.b	-	(26.125)	(748)	213.211
Prejuízo/lucro do exercício		**(90.140)**	**441.077**	**(91.514)**	**441.621**
Atribuível aos					
Participação de controladores	-	(90.140)	441.077	(90.140)	441.077
Participação de não controladores	-	-	-	(1.374)	544

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Prejuízo/lucro do exercício	**(90.140)**	**441.077**	**(91.514)**	**441.621**
Total resultado abrangente do exercício	**(90.140)**	**441.077**	**(91.514)**	**441.621**
Resultado abrangente atribuível a				
Participação de controladores	(90.140)	441.077	(90.140)	441.077
Participação de não controladores	-	-	(1.374)	544

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro do exercício		**(90.140)**	**441.077**	**(91.514)**	**441.621**
Ajustes para conciliação do resultado					
Depreciações e amortizações	11 (c)	210	68	24.613	23.526
Equivalência patrimonial	10 (a e b)	36.530	(304.411)	(7.893)	(4.357)
Apropriação de encargos com atividades de financiamento	13 (a) 14(a)	28.547	20.723	128.283	99.866
Custo de transação	13 (a)	-	-	361	333
Apropriação de juros sobre parcelamentos	16 (a)	6.237	2.192	13.083	5.171
Juros e encargos sobre contrato mutuo e outros		25.947	-	25.947	-
(Reversão) constituição de provisões contábeis		253	23.219	9.847	(79.243)
(Reversão) constituição riscos processuais	25	(120.282)	(335.293)	(110.206)	(295.053)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	79	(9.563)
Desconto parcelamento		145	(259.121)	(984)	(408.201)
Juros e multa sobre impostos		-	306.878	-	376.707
Variação monetária		-	-	-	(884)
Títulos prescritos		-	(1.027)	-	(8.990)
Resultado linear		-	-	-	93
Perda de recebíveis		-	25	-	71
Ajuste a valor justo		-	-	-	(218)
Receita/custo lucro não realizado		-	-	(1.579)	(1.579)
Descontos obtidos	26	(22.500)	-	(22.500)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	26.125	281	(213.211)
Total		**(135.053)**	**(79.545)**	**(32.182)**	**(73.911)**
Variações nos ativos e passivos					
Ativos					
(Aumentos) reduções - Estoques imobiliário		-	-	1.235	1.431
(Aumentos) reduções - Direitos creditórios		-	-	-	36.902
(Aumentos) reduções - Adiantamentos a fornecedores		(63)	-	(10.447)	59
(Aumentos) reduções - Contas a receber, outros ativos e créditos fiscais		(1.909)	(54)	(35.513)	(53.407)
Passivos					
Aumentos (reduções) fornecedores		(1.553)	(694)	10.265	54.586
Aumentos (reduções) obrigações fiscais e trabalhistas		3.436	21.526	22.772	24.358
Aumentos (reduções) adiantamentos de clientes		10.037	-	57.001	7.278
Aumentos (reduções) outros passivos		114.056	1.789	106.129	(2.594)
Caixa líquido (aplicado) / gerado nas atividades operacionais		**(11.049)**	**(56.978)**	**119.260**	**(5.298)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aumento/redução de investimentos		7.261	(2.531)	8.244	(2.413)
Aquisição de imobilizado		(98)	(733)	(3.288)	(1.305)
(Reduções) aumentos - Partes relacionadas		2.368	20.780	2.390	41.069
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento		**9.531**	**17.516**	**7.346**	**37.351**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Pagamentos de empréstimos e debêntures	13 (a) 14(a)	(2.854)	(5.370)	(28.751)	(20.908)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	13 (a) 14(a)	(2.113)	(810)	(99.527)	(66.408)
Amortização de certificados de recebíveis imobiliários		-	-	-	(26.722)
Juros pagos sobre certificados de recebíveis imobiliários		-	-	-	(483)
Liquidação de impostos parcelados	16 (a)	(6.047)	(1.447)	(13.382)	(4.749)
Juros pagos sobre impostos parcelados	16 (a)	(593)	(84)	(2.356)	(740)
Recursos de acionistas		-	509	-	509
Aumentos (reduções) - Partes relacionadas		12.932	46.641	979	96.876
Caixa gerado / (aplicado) nas atividades de financiamento		**1.325**	**39.439**	**(143.037)**	**(22.625)**
(Redução) / aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(193)**	**(23)**	**(16.431)**	**9.428**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		202	225	22.032	12.604
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		9	202	5.601	22.032
(Redução) / aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(193)**	**(23)**	**(16.431)**	**9.428**

Renato Muscari Lobo
Diretor
Carolina Teixeira de Freitas
Contadora - CRC 1 SP 257.066/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **WTorre S.A. -** São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da WTorre S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, individuais e consolidadas, para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da WTorre S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, que menciona que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia possuí passivo circulante em excesso ao ativo circulante nos montantes de R$ 1.144.349 mil e R$ 746.919 mil , na controladora e no consolidado, respectivamente , bem como apresentava prejuízos acumulados no montante de R$ 1.447.991 mil e patrimônio líquido negativo no montante de R$ 1.431.469 mil em 31 de dezembro de 2025 que, em conjunto com os outros assuntos e eventos apresentados nas Notas Explicativas nºs 1, 12, 13, 14, 18 e 19, indicam existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade operacional de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, da posição patrimonial da Companhia e a necessária geração de caixa estão descritos na Nota Explicativa nº 1. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. **Ênfase - Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia possui transações e operações relevantes com partes relacionadas em condições definidas entre as partes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", e o assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Provisões para contingências e demandas judiciais:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia é parte passiva ("Ré") em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista originados no curso normal de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui provisão para contingências e demandas judiciais no montante de R$ 115.009 mil para fazer face a esses riscos, bem como divulga os passivos contingentes relevantes. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia. Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas tributários, cíveis e trabalhistas e seus possíveis impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo e como um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: **(a)** obtenção, junto aos assessores jurídicos que patrocinam as causas da Companhia, da confirmação dos valores e da classificação de perda utilizados pela diretoria da Companhia para mensuração da provisão para contingências e demandas judiciais; **(b)** para determinados processos, discutimos com os assessores jurídicos com o objetivo de avaliarmos a razoabilidade dos prognósticos de perdas das respectivas causas, as argumentações apresentadas e a existência de jurisprudências; e **(c)** a avaliamos da adequação das divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que a provisão para contingências e demandas judiciais e as respectivas divulgações são razoáveis, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025 o saldo de ativo imobilizado totaliza R$ 405.112 mil (consolidado). A Companhia efetua o teste sobre o valor recuperável desse ativo anualmente, com base na análise do valor em uso considerando uma abordagem de renda pelo método do fluxo de caixa descontado. Essa avaliação considera os planos de negócio e orçamento anual adotadas pela diretoria, suportada por julgamentos significativos em função de diversas premissas econômicas e de negócios, avaliação das taxas de crescimento e de desconto. A Companhia, suportada por avaliadores externos contratados, avaliou as premissas que suportaram tais estimativas de rentabilidade, assim como as taxas de desconto do crescimento da receita, dos custos e geração de caixa, dentre outras. Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo consolidado, além das incertezas inerentes às estimativas para a determinação do valor recuperável, dado o julgamento exercido na determinação das premissas utilizadas nas projeções de rentabilidade e geração de caixa, as quais estão descritas na Nota Explicativa nº 11. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: **(a)** o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas na avaliação, análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela administração e avaliadores externos contratados (bem como avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos respectivos avaliadores externos contratados), **(b)** avaliação das premissas que suportaram as projeções do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável desse ativo da Companhia e **(c)** a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizadas na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela diretoria da Companhia e pelos avaliadores externos, além da análise da exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Adicionalmente, comparamos o valor recuperável calculado pela diretoria da Companhia, baseado no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil em 31 de dezembro de 2025 e avaliamos a adequação das divulgações nas respectivas demonstrações contábeis. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados para a realização do teste do valor recuperável do ativo imobilizado, pela administração, e as respectivas divulgações são razoáveis, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre e eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação aos eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de setembro de 2026
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1
Thiago Bragatto
Contador CRC 1SP-234.100/O-4

Ministro prevê impacto inicial da reforma tributária sobre inflação

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou, na terça-feira (17), que a implementação da reforma tributária pode gerar pequeno impacto inicial sobre a inflação. A observação foi em resposta à preocupação manifestada por senadores com uma eventual alta do índice.

Segundo o ministro, esse efeito tende a diminuir gradualmente à medida que as empresas se adaptem às novas regras tributárias e ajustem a formação de preços.

"Pode haver algum pequeno impacto inflacionário, mas estamos passando por um processo em que os empresários vão aprender a precificar seus bens e serviços de acordo com a nova legislação tributária, considerando os créditos a que têm direito e os débitos pelos quais são responsáveis", disse Durigan durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Na avaliação do ministro, "à medida que essa precificação for sendo compreendida e ajustada ao longo dos próximos meses, teremos uma redução desse impacto inflacionário". Ele acrescentou que o Ministério da Fazenda acompanhará o processo de perto.

Durante a audiência, Durigan defendeu o avanço de uma reforma da tributação corporativa, incluindo a desoneração da folha de pagamentos.

Segundo o ministro, a medida deve ser discutida diante das mudanças no mercado de trabalho e da crescente incorporação de tecnologia pelas empresas.

"É importante desonerar a folha, mas sem causar um prejuízo significativo à Previdência", afirmou.

De acordo com Durigan, a discussão deve ocorrer com "total compromisso de neutralidade fiscal", transferindo para outras bases de incidência tributária parte da carga atualmente cobrada sobre a folha de salários, como o faturamento ou o resultado das empresas. (Agência Brasil)

Matera Systems Informática S.A.

MATERA

CNPJ/MF n° 57.040.040/0001-84 - NIRE 35-3.0035015-4

Ata da Assembleia Geral Extraordinária - Realizada em 01.11.2026

Data, hora e local: 01/11/2026, às 13hs, na sede da Matera Systems Informática S.A. ("**Companhia**"), localizada na cidade de Campinas/SP, na Av. Selma Parada (Bailarina) n° 505, conjunto 701, 7° Andar - Torre Comercial SKY Galleria, Jd. Madalena, CEP 13.091-605. **Quórum:** Presente a totalidade dos acionistas que compõem o capital social, conforme assinatura do Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Carlos André Branco Guimarães; e Secretário: Carlos Augusto Leite Netto. **Convocação:** Dispensada conforme permissivo constante do Art. 127, §4°, da Lei n° 6.404/76, conforme alterada (a "**Lei das S.A.**"); **Ordem do dia e deliberações:** Por unanimidade de votos, observados os impedimentos legais, os acionistas deliberaram: **I)** Aprovar, em atenção à proposta formulada pelo Conselho de Administração da Companhia, a extinção do cargo de Diretor Executivo da Companhia, com a atribuição das competências do cargo ora extinto entre o Diretor Geral e o Diretor Presidente, e consequente redução, para 10 (dez) membros, da quantidade máxima de diretores que compõem a Diretoria da Companhia. **II)** Aprovar, em razão da deliberação anterior, a alteração nos Artigos 20 e 21 do Estatuto Social, que passam a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 20**.* **Seção III - Diretoria: Art. 20.** A Diretoria da Companhia é composta por, no mínimo 2 (dois) diretores, e, no máximo 10 (dez) diretores, acionistas ou não, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Geral, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Tecnologia, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Negócios, 1 (um) Diretor de Produtos, 1 (um) Diretor de Operações, 1 (um) Diretor de Pessoas e 1 Diretor de Estratégias, residentes no País, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição, cujas atribuições serão definidas pelo Conselho de Administração. **§1°.** Em caso de ausência ou impedimento que resulte em vacância temporária de qualquer diretor, este poderá designar, por escrito, outro membro da Diretoria para substituí-lo, cabendo ao substituto, além do próprio voto, o voto do substituído. Em caso de vacância ou impedimento definitivo de cargo da Diretoria, o substituto será eleito pelo Conselho de Administração e exercerá, quando for o caso, as funções pelo tempo que faltar ao diretor substituído. **§2º.** Compete ao Diretor Presidente: (i) supervisionar as operações da Companhia, acompanhando o andamento destas; (ii) supervisionar as atividades de relações públicas da Companhia; (iii) representar a Companhia na realização de pagamentos e movimentações bancárias; e (iv) coordenar, em conjunto com o Diretor Geral, as atividades da Diretoria; (v) estabelecer e supervisionar o relacionamento da Companhia com autoridades governamentais e com o mercado; (vi) comunicar a visão, a missão e a direção-geral da organização, gerenciando o desenvolvimento e implementação da estratégia global da empresa e (vii) promover mudanças estruturais, de processos e culturas visando desenvolvimento das operações da Companhia; **§3º.** Compete ao Diretor Geral: (i) coordenar as atividades de planejamento e execução da estratégia da Companhia; (ii) representar a Companhia na realização de pagamentos e movimentações bancárias; (iii) supervisionar a gestão de riscos corporativos; e (iv) coordenar as atividades do Diretor Presidente, demais diretores e, em conjunto com o Diretor Presidente, as atividades da Diretoria; **§4º.** Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a área financeira, jurídica e administrativa da Companhia; (ii) administrar e gerir os recursos da Companhia, inclusive o seu fluxo de caixa, recebíveis e aplicações financeiras e supervisionar as operações financeiras da Companhia; (iii) administrar e gerir os passivos da Companhia, inclusive seus fluxo de caixa e dívidas; (iv) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos; (v) coordenar a elaboração e manter atualizadas as demonstrações contábeis e financeiras; (vi) implantar e administrar os sistemas de controles de gestão; (vii) coordenar a preparação do orçamento anual e/ou qualquer outro plano de negócios de longo prazo da Companhia e suas Subsidiárias; (viii) coordenar os trabalhos de auditoria anual da Companhia, ix) atuar nas operações de fusões e aquisições, coordenando os processos de auditoria, fechamentos e apoiando a presidência no plano de integração; **§5°.** Compete ao Diretor de Tecnologia: (i) Definir estratégia de tecnologia que esteja alinhada com os objetivos de negócio da Companhia; (ii) Garantir que os times sejam capacitados nas tecnologias e, apoiar inclusive, outras Diretorias para que isto ocorra; (iii) Garantir que os sistemas estejam alinhados com a estratégia da empresa, atendendo bem o mercado alvo nos quesitos usabilidade, performance e experiência de uso; (iv) Cuidar para que os produtos devam ser, sempre que possíveis, baratos de gerir e suportar, gerando poucos incidentes que requeiram intervenção humana; (v) Garantir a qualidade de qualquer programa de computador desenvolvido pela Companhia; (vi) Cuidar da infraestrutura computacional da própria Companhia para suportar toda cadeia de produção de software bem como o uso pelas áreas de Corporate da Companhia; (vii) Cuidar e gerir a segurança dos ambientes tecnológicos da Companhia; e (viii) Aprovar as políticas relacionadas a tecnologia e segurança da informação da Companhia, sempre em conjunto com outro Diretor; **§6°.** Compete ao Diretor Comercial: (i) Definir o plano anual de vendas considerando as ofertas da empresa (produtos próprios mais alianças) e os mercados alvo definidos pelo conselho de administração; (ii) apoiar o conselho de administração e o diretor de negócios na definição de ofertas, alianças estratégicas e mercados alvo; (iii) Acompanhar a evolução do plano de vendas a fim de garantir seu atingimento, compartilhando esta informação com todas demais diretorias e o conselho de administração; (iv) Converter oportunidades de negócio (leads) trazidas pela área de Marketing em vendas; (v) Garantir que todo novo cliente tenha ciência do escopo contratado, principalmente no que diz respeito a qualquer limitação que nossa oferta possa ter; (vi) Manter diálogo permanente com demais áreas da companhia a fim de que estas atendam plenamente as vendas realizadas; (vii) Compreender e comunicar com eficácia a proposta de valor da empresa, tecnologia, processo e parcerias atuais; (viii) estabelecer e ajustar os preços de venda monitorando os custos, a concorrência e a oferta e demanda, sempre com aval da(s) diretoria(s) responsáveis pela rentabilidade destas ofertas; (ix) Gerir a equipe de vendas e canais de distribuição para melhor atingimento dos resultados das vendas, usando os mecanismos de estímulo existentes; (x) Apoiar as demais áreas da Companhia em relação ao dia-a-dia do relacionamento com os clientes e parceiros; e (xi) Cumprir as diretrizes de negócios e de riscos da Companhia para o atingimento dos resultados da área Comercial. **§7°.** Compete ao Diretor de Negócios: (i) Responsável pela rentabilidade dos produtos e áreas controladas, buscando construir relacionamentos sólidos, para que melhore o posicionamento estratégico da companhia no mercado alvo e vise desenvolver conhecimento das ofertas da empresa para identificar oportunidades de negócios. **§8°.** Compete ao Diretor de Produtos: (i) Definir e aplicar a estratégia de produtos alinhada com os objetivos de negócio da Companhia, buscando trazer valor à empresa para atingir seus objetivos estratégicos; (ii) Inovar nos produtos, buscando tendências e aprimorando os já existentes; (iii) equilibrar as necessidades de novos produtos com os objetivos e negócios da Companhia; (iv) ser responsável pela rentabilidade da sua área; e v) decidir as melhores perspectivas dos produtos frente ao mercado de atuação da Companhia. **§9.** Compete ao Diretor de Operações: (i) ser responsável pela operação da Sociedade, guiando as áreas para um atendimento ágil, assertivo e de qualidade, (ii) zelar pelo atingimento dos objetivos do negócio da Sociedade e dos clientes; e (iii) apoiar estrategicamente sua equipe direta, proporcionando visão de futuro e garantir foco nos resultados. **§10.** Compete à Diretora de Recursos Humanos: (i) definir e direcionar as estratégias de Recursos Humanos; ii) supervisionar processos de recrutamento e seleção e operação da área de recursos humanos como um todo; III) promover programas de capacitação e desenvolvimento profissional; (iv) aprimorar programa de remuneração e benefícios; (v) gerir relações sindicais e assegurar o cumprimento das leis trabalhistas; (vi); ser responsável pelo desenvolvimento das lideranças da Companhia; e (vii) promover a estratégia e aprimoramento da cultura da Companhia. **§11.** Compete ao Diretor de Estratégias: (i) apoiar o conselho, no plano estratégico da Companhia de longo prazo; ii) Atuar na interlocução com acionistas e potenciais investidores, provendo informações estratégicas sobre o desempenho e as perspectivas de valorização da Companhia, em alinhamento com o Conselho; iii) atuar nas operações de fusões e aquisições, analisando a viabilidade, negociação e execução de processos de fusões, aquisições, alienações de ativos e parcerias estratégicas (joint ventures); e (iv) estabelecer e supervisionar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras e autoridades administrativas do sistema financeiro e de mercado de valores mobiliários. **Art. 21.** A Companhia será validamente representada, ativa e passivamente da seguinte forma, observadas, ainda, atribuições específicas que venham a ser outorgadas pelo Conselho de Administração: (a) 2 (dois) diretores em conjunto, sendo que um deles obrigatoriamente deverá ser o Diretor Presidente ou o Diretor Geral; (b) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) mandatário constituído na forma do §4º abaixo; (c) 2 (dois) mandatários em conjunto, constituídos na forma do §4º abaixo. **§1º.** Não obstante o disposto acima, a Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) diretor ou 1 (um) mandatário com poderes específicos na prática dos seguintes atos: (a) representação em juízo, exceto para a prática de atos que importem na renúncia de direitos; (b) prática de atos de rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedade de economia mista, juntas comerciais, justiça do trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras de mesma natureza, como rotinas do departamento pessoal; (c) compras e/ou aquisições de serviços ou produtos que onerem à Sociedade até o valor máximo de R$ 100.000,00 (cem mil reais) por contrato, no ano fiscal, valor este que será atualizado anualmente, no dia 31 de janeiro de cada ano, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no ano-calendário anterior, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **§2º.** Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada mediante assinatura isolada de um único diretor ou mandatário, desde que, em cada caso, haja autorização expressa da diretoria. **§3º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor ou mandatário que envolvam a Companhia em obrigações relativas a negócios estranhos ao objeto social, salvo quando expressamente autorizados pelo Conselho de Administração. **§4º.** Os instrumentos de mandato serão outorgados pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Geral, em conjunto, e consignarão expressamente os poderes outorgados e o prazo de vigência limitado, que será limitado a 01 (um) ano, com exceção daqueles outorgados com os poderes da cláusula ad judicia, que poderão vigorar por prazo indeterminado." **III)** Aprovar, após a leitura e discussão de seu inteiro teor, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações ora deliberadas, cuja redação constitui o *Anexo I* a esta ata. **Encerramento e assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, na forma de sumário, que, tendo sido lida e achada conforme, foi por todos assinada: Sr. Carlos André Branco Guimarães, Presidente. Sr. Carlos Augusto Leite Netto, Secretário. **Acionistas**: Carlos Augusto Leite Netto, Carlos André Branco Guimarães, Kinea Private Equity IV Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada e WP K Fundo de investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada. Campinas, 01/11/2026. **Carlos André Branco Guimarães -** Presidente da Assembleia, **Carlos Augusto Leite Netto -** Secretário da Mesa. **Visto Advogada:** Juliana Xavier Monteiro Lopes - Advogada - OAB/SP 373562. **JUCESP** nº 412.274/26-7 em 13/11/2026 - Marina Centurion Dardani - Secretária-Geral.

SINDICATO DOS FISCAIS DE POSTURAS MUNICIPAIS, AGENTES VISTORES E AGENTES DE APOIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SAVIM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos dos artigos 6º, 7º, 9º, 10 e 11 e demais disposições dos Estatutos Sociais atinentes à espécie, ficam os Srs. Associados convocados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30/11/2026, com início às 10h, em primeira chamada, na sede do SAVIM, situada na R.Cel.Xavier de Toledo, 316, 12º andar, Conj.120 - São Paulo - SP. **ORDEM DO DIA:** Aprovação da Proposta Orçamentária para o exercício do ano 2027.

São Paulo, 18 de novembro de 2026.

MARIO ROBERTO FORTUNATO
Diretor Presidente

LINEAGRO PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S.A.

CNPJ nº 21.018.928/0001-73 - NIRE 35.300.702.581

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da **LINEAGRO PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S.A.** ("Companhia"), nos termos do artigo 6º, § 2º, de seu Estatuto Social, convoca os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a realizar-se no dia 1º de dezembro de 2026, às 9h30, em primeira convocação, ou , em segunda convocação, em data e horário a constar de edital a ser oportunamente divulgado pela Companhia, exclusivamente de modo digital, com participação e votação remotas, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Sistema Eletrônico"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) aprovar a lavratura da ata da AGE em forma de sumário dos fatos ocorridos e das deliberações tomadas, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."); (b) aprovar o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Supremax Nutrição Animal Ltda. pela Lineagro Produtos Agropecuários S.A. ("Protocolo e Justificação"), celebrado entre a Companhia e a SUPREMAX NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 09.502.005/0001-97, NIRE 11.200.489.487, com sede na Rodovia BR 364, s/nº, Km 513, Lote 16-A, Gleba 04, Área de Chácara, CEP 76.870-970, Ariquemes/RO ("Supremax" ou "Incorporada"); (c) ratificar a nomeação e contratação da empresa de avaliação Veracruz Investimentos Ltda., empresa de auditoria externa independente, inscrita no CNPJ sob o nº 17.160.120/0001-59, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, Torre Norte, Sala 12-104, Brooklin Paulista, CEP 04.578-910, São Paulo/SP, cujos responsáveis têm registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC/SP) sob os nºs 1SP350716, 1SP131447/O-0 e 1SP121230/O-9 ("Empresa Avaliadora"), na qualidade de empresa especializada para elaboração do laudo de avaliação patrimonial contábil da Supremax para fins de incorporação da Supremax pela Companhia; (d) aprovar o laudo de avaliação do valor contábil do patrimônio líquido da Supremax, para fins de incorporação pela Companhia, elaborado pela Empresa Avaliadora, o qual avaliou a totalidade do patrimônio líquido da Supremax em R$ 66.945.379,18 (sessenta e seis milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e setenta e nove reais e dezoito centavos) na data-base de 30 de setembro de 2026 ("Laudo de Avaliação"); (e) aprovar a proposta de incorporação da Supremax pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação, com a consequente extinção da Incorporada e sucessão universal pela Companhia em seus bens, direitos e obrigações; (f) consignar que a incorporação não implicará aumento do capital social da Companhia nem emissão de novas ações, por ser a Companhia titular da totalidade das quotas representativas do capital social da Supremax, e que a operação não resultará na abertura, alteração ou extinção de filiais da Companhia; (g) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação, formalização e registro da incorporação, inclusive ratificar os atos já praticados em sua preparação; e (h) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. O Protocolo e Justificação e o Laudo de Avaliação, bem como os demais documentos relacionados à ordem do dia, estarão disponíveis para exame pelos acionistas na sede da Companhia, localizada na Rua do Rócio, nº 291, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04.552-000, São Paulo/SP, e mediante solicitação ao Departamento Jurídico, pelo e-mail contato.juridico@axiaagro.com. Para habilitação na AGE, os acionistas ou seus representantes deverão encaminhar ao Departamento Jurídico, pelo endereço eletrônico acima: (a) documento de identificação; (b) atos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) procuração, se a participação ocorrer por procurador, observados os requisitos do artigo 126 da Lei das S.A. e do artigo 654 do Código Civil. A Companhia encaminhará oportunamente aos acionistas habilitados o link de acesso à reunião. Recomenda-se o uso de equipamento com conexão à internet, câmera e microfone, de modo a permitir identificação, participação e votação em tempo real. São Paulo/SP, 16 de novembro de 2026. **Marcos de Mello Mattos Haaland** - Presidente do Conselho de Administração.

Rede Monte Carlo Administração de Postos Ltda.

CNPJ/MF nº 17.652.159/0001-93

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE NOTAS COMERCIAIS ESCRITURAIS DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, REDE MONTE CARLO ADMINISTRAÇÃO DE POSTOS LTDA.

Ficam convocados os Titulares das Notas Comerciais da **3**ª Emissão, em **Série Única**, da **REDE MONTE CARLO ADMINISTRAÇÃO DE POSTOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5.005, CEP 15090-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n° 17.652.159/0001-93, ("Notas Comerciais", "Titulares das Notas Comerciais", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a reunirem-se em **primeira convocação**, em Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 26 de novembro de 2026 às 11h, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberar sobre: i. aprovação da proposta de liquidação integral das Notas Comerciais apresentada pela Emissora em notificação de 16/11/2026 ("Proposta"), que compreende: A. Liquidação do saldo devedor das Notas Comerciais, fixado para esse fim em R$ 14.211.295,33, mediante **(1)** dação em pagamento da totalidade das cotas seniores e mezanino do FIDC RL Rede de Postos Monte Carlo (CNPJ nº 43.143.480/0001-52) detidas por Prosperity – Participações Ltda. e Solidity – Participações Ltda. ("Holdings"), pelo valor de R$ 13.801.295,33, rateadas entre os Titulares na proporção de suas Notas Comerciais; e **(2)** pagamento em dinheiro de R$ 410.000,00, sendo R$ 260.000,00 no fechamento e R$ 150.000,00 em até 30 dias; B. Renúncia à multa, aos juros moratórios e aos demais encargos de atraso ou inadimplemento incorridos até o fechamento; C. Quitação à Emissora, às Holdings e aos avalistas, com o cancelamento das Notas Comerciais, a liberação da alienação fiduciária das cotas e a extinção do aval; D. Recebimento, pelos Titulares, de opção de venda das cotas às Holdings, exercível de 01/03/2027 a 30/06/2027, ao preço fixo de R$ 1.332,25 por cota, pago em 4 parcelas mensais a partir de 31/07/2027, garantida por alienação fiduciária (ou promessa de alienação fiduciária) do imóvel da matrícula nº 13.023 do RI de Pontes e Lacerda/MT e por fiança da Emissora e dos avalistas; ii. Autorização à Emissora e ao Agente de Garantias para a prática de todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações da assembleia. A Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Titulares que representem metade, no mínimo, das Notas Comerciais em Circulação, ou em segunda convocação, com qualquer quórum, nos termos do artigo 47, § 3º, da Lei nº 14.195/2021, combinado com o artigo 71, § 3º, da Lei nº 6.404/1976. As deliberações das matérias constantes da Ordem do Dia serão aprovadas pela maioria simples das Notas Comerciais em Circulação detidas pelos Titulares presentes à Assembleia, observado eventual quórum superior estabelecido no Termo de Emissão, nos termos do artigo 47, § 2º, da Lei nº 14.195/2021. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através da plataforma "Microsoft Teams", cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM 81. Nesse sentido, os Titulares das Notas Comerciais que pretenderem participar da Assembleia deverão realizar o envio para a Emissora e o Agente de Garantias, no e-mail agentefiduciario@planner.com.br, dos seguintes documentos, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data de realização da Assembleia, quais sejam: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Os Titulares das Notas Comerciais poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto à distância à Emissora, com cópia ao Agente de Garantias, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis da realização da Assembleia. O Agente de Garantias disponibilizará via e-mail aos Titulares das Notas Comerciais modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular das Notas Comerciais ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil); (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular das Notas Comerciais ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 81, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 17 de novembro de 2026. **REDE MONTE CARLO ADMINISTRAÇÃO DE POSTOS LTDA.**

Augustus Participações S/A

CNPJ nº 51.548.691/0001-01 - NIRE nº 35.300.003.535

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 18 de Setembro de 2026

Data, Hora e Local: Aos 18 (dezoito) dias do mês de setembro de 2026, às 12:00 horas, na sede social da **Augustus Participações S/A,** na Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 1830, conj. 124 parte bloco 4, Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo e no estado de São Paulo. **Presença:** compareceram, identificaram-se e assinaram o livro de Presença os acionistas da Companhia, representando a totalidade do capital votante. **Convocação:** Dispensada na forma do artigo 124 parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76, considerando estarem presentes todos os acionistas da sociedade. **Composição da Mesa:** Presidente: **Nilton Molina**; Secretário: o acionista **Helder Molina. Ordem do Dia:** Assembleia Geral Ordinária: a) Reeleger os membros do Conselho de Administração da Companhia. **Deliberação:** Foram aprovados por unanimidade dos presentes: Assembleia Geral Ordinária: a) A reeleição dos membros do **Conselho de Administração** para o mandado de 18 de setembro de 2026 a 17 de setembro de 2029, **Nilton Molina**, brasileiro, casado, pelo regime de comunhão universal de bens, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 1.382.400 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 007.182.388-34, residente e domiciliado na Rua Profº. Arthur Ramos, nº 371 - 13º andar, Bairro Jardim Paulistano - CEP 01454-011, na Capital do Estado de São Paulo, para o cargo de **Presidente do Conselho de Administração** da Companhia, **Helder Molina**, brasileiro, casado, engenheiro, portador de cédula de identidade RG nº 8.118.414-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 053.638.568-83, residente e domiciliado na Rua Carlos Gois nº 55, Apto. 701, Leblon, no Rio de Janeiro - RJ, e **Mônica Molina**, brasileira, união estável, do comércio, portadora de cédula de identidade RG nº 10.556.647 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 077.847.278-79, residente e domiciliado na Rua Jorge Coelho, 147, apto. 21, Bairro Jardim Paulistano - CEP 01451-020, na Capital do Estado de São Paulo. Compondo assim o cargo do **Conselho de Administração** da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia, lavrando-se a presente no livro próprio que vai assinada pelo Senhor Presidente, por mim Secretário, e pelos demais acionistas presentes. São Paulo, 18 de setembro de 2026. a) Presidente: Nilton Molina, Secretário: Helder Molina; Acionistas: Helder Molina, Mônica Molina, Nilton Molina Neto, Natasha Pieroni Molina Tescari, Marcelo Toledo Piza Pironi Molina, Ricardo Molina Falletti e Renato Molina Falletti. Declaramos, para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 18 de setembro de 2026. **Nilton Molina -** Presidente da Mesa, **Helder Molina -** Secretário. **JUCESP** nº 377.381/26-3 em 11/11/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

BRZ BRASIA II(C) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/MF Nº 35.121.721/0001-34 – NIRE 35.300.546.865

Ata de Assembleia Geral Extraordinária - Realizada em 06 de novembro de 2026

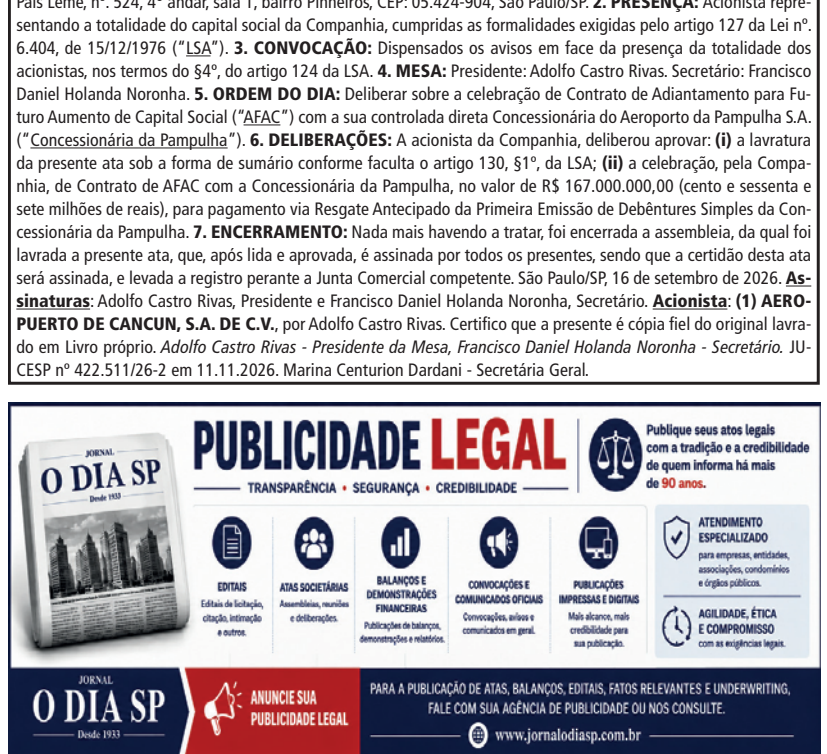
Data, Hora e Local: no dia 06/11/2026, às 11h, na sede social localizada na Cidade de São Paulo/SP. **Presença**: acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia. **Mesa**: Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretário: Luis Carlos Martins Ferreira. **Convocação**: Dispensada. **Deliberações**: Os acionistas deliberaram e aprovaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o que segue: O aumento do capital social da Companhia, atualmente totalmente subscrito e integralizado, no valor de R$ 2.506.265,66, por meio da emissão de 250.626.566 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 0,01 cada, das quais: (a) 250.000.000 são ações ordinárias; e (b) 626.566 são ações preferenciais Classe A. Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R$ 209.646.314,06, totalmente subscrito e integralizado, para R$ 212.152.579,72, dividido em 21.415.257.972 ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 21.361.719.885 são ações ordinárias; e (b) 53.538.087 são ações preferenciais Classe A. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos atuais acionistas da Companhia, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata (Anexos I e II). Tendo em vista o aumento do capital social da Companhia acima aprovado, o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 5º** - O capital social da Companhia é de* R$ 212.152.579,72 (duzentos e doze milhões, cento e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e nove reais e setenta e dois centavos)*, dividido em 21.415.257.972 (vinte e um bilhões, quatrocentos e quinze milhões, duzentas e cinquenta e sete mil, novecentas e setenta e duas) ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 21.361.719.885 (vinte e um bilhões, trezentos e sessenta e um milhões, setecentas e dezenove mil, oitocentas e oitenta e cinco) são ações ordinárias; e (b) 53.538.087 (cinquenta e três milhões, quinhentas e trinta e oito mil e oitenta e sete) são ações preferenciais Classe A." Os Acionistas autorizam a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento do disposto acima, podendo inclusive realizar os registros aplicáveis.* **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, a Assembleia Geral foi encerrada e lavrada a presente Ata. **Assinaturas**: (a) Mesa: Nessim Daniel Sarfati, Presidente; e Luís Carlos Martins Ferreira, Secretário; e (b) Acionistas: Nessim Daniel Sarfati e Evenrock II RE Fund LP (p/p Nessim Daniel Sarfati). Mesa: **Nessim Daniel Sarfati -** Presidente; **Luís Carlos Martins Ferreira -** Secretário. Acionistas: **Nessim Daniel Sarfati**, **Evenrock II RE Fund LP -** p/p: Nessim Daniel Sarfati. JUCESP Nº 413.095/26-5 em 13/11/2026.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

CNPJ/MF Nº. 09.367.702/0001-82 - NIRE Nº. 35300352858 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 16 de setembro de 2026, às 11h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua Pais Leme, nº. 524, 4° andar, sala 1, bairro Pinheiros, CEP: 05.424-904, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do §4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Adolfo Castro Rivas. Secretário: Francisco Daniel Holanda Noronha. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a celebração de Contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social ("AFAC") com a sua controlada direta Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A. ("Concessionária da Pampulha"). **6. DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia, deliberou aprovar: **(i)** a lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, §1º, da LSA; **(ii)** a celebração, pela Companhia, de Contrato de AFAC com a Concessionária da Pampulha, no valor de R$ 167.000.000,00 (cento e sessenta e sete milhões de reais), para pagamento via Resgate Antecipado da Primeira Emissão de Debêntures Simples da Concessionária da Pampulha. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 16 de setembro de 2026. **Assinaturas**: Adolfo Castro Rivas, Presidente e Francisco Daniel Holanda Noronha, Secretário. **Acionista**: **(1) AEROPUERTO DE CANCUN, S.A. DE C.V.**, por Adolfo Castro Rivas. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Adolfo Castro Rivas - Presidente da Mesa, Francisco Daniel Holanda Noronha - Secretário.* JUCESP nº 422.511/26-2 em 11.11.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



Brasil terá Sistema de Satélites de Defesa e Comunicações Estratégica

O Sistema de Satélites de Defesa e Comunicações Estratégicas passará a integrar a estrutura do governo brasileiro. De acordo com decreto publicado na edição da terça-feira (17) do Diário Oficial da União, o sistema reunirá os satélites governamentais de comunicações desenvolvidos, fabricados, lançados e operados pelo Brasil.

O objetivo é atender às necessidades dos órgãos de defesa nacional e demais instituições governamentais, além de ampliar a infraestrutura de satélites voltados às comunicações estratégicas.

O texto também incorpora formalmente ao novo sistema o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1), em operação desde 2017.

Governança

As ações serão coordenadas por colegiados dos ministérios das Comunicações, da Defesa, da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

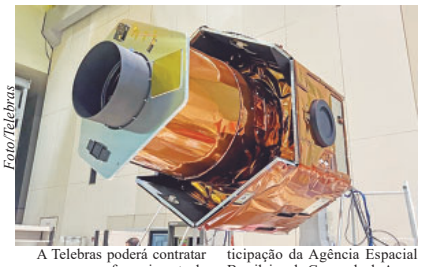
O primeiro será um comitê diretor, instância máxima de governança estratégica, presidido pelo Ministério das Comunicações. O segundo será um grupo executivo, responsável pelo suporte técnico e consultivo ao comitê.

Além dos ministérios envolvidos, participarão do grupo executivo representantes do Comando da Aeronáutica, do Comando de Atividades Espaciais, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), da Agência Espacial Brasileira (AEB), da Telebras e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Novos satélites

O decreto prevê a execução de todas as etapas relacionadas aos satélites que integrarão o sistema: definição de missões; especificações técnicas; planejamento; fabricação; integração; lançamento; operação; monitoramento; desativação.

Também estão previstas ações para implantação e modernização da infraestrutura terrestre necessária para o funcionamento dos equipamentos.


Foto Telebras

A Telebras poderá contratar empresas para o fornecimento de bens, prestação de serviços e execução de obras de engenharia ligadas à fabricação, integração e lançamento dos satélites, bem como à implantação das estruturas em solo e ao transporte dos sinais de telecomunicações.

Transferência de tecnologia

A norma determina ainda a elaboração de um plano de absorção e transferência de tecnologia para os projetos vinculados ao sistema.

O trabalho contará com a participação da Agência Espacial Brasileira, do Comando da Aeronáutica, do Inpe e da Telebras.

O plano deverá estabelecer mecanismos de coordenação e acompanhamento dos resultados, definir regras relacionadas aos direitos de propriedade intelectual e criar diretrizes para ampliar a participação de organizações públicas e privadas nacionais.

A finalidade é fortalecer a capacidade tecnológica brasileira e estimular a mobilização da indústria nacional no setor espacial. (Agência Brasil)

Saúde

Botox poderá ser usado no relaxamento do músculo da mastigação

O botox poderá ser usado no Brasil para o relaxamento do músculo da mastigação. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a indicação terapêutica da toxina botulínica tipo A no tratamento de hipertrofia benigna do masseter.

A toxina atua no bloqueio temporário da liberação de acetilcolina nas terminações nervosas, o que promove a descontração localizada da musculatura tratada.

A resolução da Anvisa foi publicada na segunda-feira (16) no Diário Oficial da União.

O medicamento já tem diversas indicações terapêuticas aprovadas no Brasil, tanto para condições neurológicas e musculares quanto para uso estético.

Hipertrofia benigna

A hipertrofia benigna do masseter é caracterizada pelo aumento do volume desse músculo responsável pela mastigação, podendo resultar em alterações do contorno facial, especialmente pelo alargamento da região inferior da face.

De acordo com a Anvisa, embora não represente risco à vida, a condição pode causar repercussões funcionais e estéticas, com impacto na qualidade de vida e na autopercepção dos pacientes.

As evidências de eficácia e segurança para a nova indicação foram estabelecidas por um ensaio clínico de fase 3 que avaliou 377 pessoas.

Foi demonstrado que 51,2% dos participantes tratados com Botox alcançaram melhora de pelo menos dois graus na escala de avaliação da proeminência do masseter, em comparação com 2,2% dos participantes que receberam placebo. (Agência Brasil)

Suplementos alimentares têm fabricação e venda suspensas no Brasil

Suplementos alimentares de pelo menos três empresas tiveram fabricação e venda suspensas no país. Resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) da terça-feira (17/11) citam irregulares na produção e determinam o recolhimento dos produtos.

O suplemento alimentar líquido Melatonina Spray-Norvy, da empresa Norvy Saúde, é uma das substâncias. Segundo o texto, além de o ingrediente não ter sido avaliado em relação à segurança para uso sublingual, foi identificada a divulgação de alegações não aprovadas na propaganda do produto, como "Ação mais rápida na hora de dormir" e" Sono mais rápido".

A resolução também suspendeu todos os suplementos fabricados pela Nutrymed Indústria Farmacêutica e Alimentícia. Inspeção sanitária na empresa em Goiás constatou falhas graves na fabricação dos produtos, como: armazenamento inadequado; prazo de validade expirado; ausência de controle de qualidade; área de armazenamento com sujidades; falhas estruturais; fluxo cruzado; potabilidade da água inadequada.

A medida também suspendeu dois produtos fabricados pela Morbach Nutri Complementos Alimentares: suplemento alimentar em cápsulas Nutri Bluwey e Nutri AN-T. A documentação apresentada nas notificações é insuficiente para comprovar a composição, qualidade e segurança dos produtos. Além disso, foram identificados ingredientes não autorizados para uso em suplementos alimentares. (Agência Brasil)

Clima afeta produção e eleva preço do tomate em diversas capitais


Foto Valter Campanato/ABr

Nos últimos meses, o preço do tomate disparou em diversas partes do país. O aumento é provocado pelas condições climáticas que afetaram a produção. Em algumas capitais, o quilo do produto está custando até duas vezes mais do que na comparação com o início do ano, impactando na inflação dos alimentos.

De acordo com levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do Dieese, que acompanham os preços dos alimentos nas 27 capitais do país, o tomate acumulou altas expressivas em algumas cidades. Florianópolis teve o maior aumento de 181%. No Rio de Janeiro, a alta foi de 174% e, em Fortaleza, de 120%.

Queda na produção

A alta no preço do tomate está relacionada com uma queda na colheita, especialmente nos maiores estados produtores: Goiás, São Paulo e Minas Gerais. Juntos, eles representam 70% da produção nacional. Segundo a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás, a previsão é de uma produção de 1,3 milhão de toneladas neste ano, o que representa uma queda de 18,5%.

Em São Paulo, de acordo com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a produção do tomate de mesa teve uma queda de 1,9% e a do tomate industrial caiu 15,5%. Em Minas Gerais, a redução prevista é de 3,7% no ano.

No ano passado, o Brasil produziu cerca de 4,7 milhões de toneladas de tomate. Em 2026, a produção estimada é de 4,3 de toneladas, queda de 8% na média nacional.

O período de maior produção de tomate é justamente na primavera e no verão. Por isso, no curto e médio prazo, os preços devem continuar mais altos.

O meteorologista Marco Antonio dos Santos, da Rural Clima, alerta que ainda há previsão de muitas chuvas e temperaturas bastante elevadas. (Agência Brasil)

Fies: candidatos pré-selecionados devem validar dados da inscrição



Foto Marcelo Casal Jr/ABr

Candidatos pré-selecionados na chamada única para as vagas remanescentes do segundo semestre do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) devem validar os dados da inscrição até esta quarta-feira (18).

O Fies é um programa do Ministério da Educação (MEC), que oferece financiamento para estudantes cursarem a educação superior em instituições privadas.

O processo deve ser realizado na Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento do Fies (CPSA), na instituição de ensino para a qual o estudante foi pré-selecionado. A partir do terceiro dia útil dessa etapa, o candidato tem prazo de dez dias para também validar as informações no banco.

A classificação dos pré-selecionados está disponível desde segunda-feira, (16) no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior. O acesso é com o login da conta Gov.br.

No total, foram oferecidas 50 mil vagas para contratação do financiamento ainda este ano, em diversos cursos de graduação de instituições privadas.

Fies Social

Metade dos pré-selecionados atende à modalidade Fies Social, que contempla candidatos com renda familiar mensal por pessoa de até meio salário mínimo e inscrição atualizada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Nesses casos, os estudantes poderão solicitar financiamento de até 100% dos encargos educacionais cobrados pelas instituições de ensino participantes, conforme as regras do programa.

Os candidatos que não foram pré-selecionado na chamada única serão incluídos automaticamente na lista de espera, e a convocação será no período de 25 a 30 de novembro. (Agência Brasil)

SBPC e ABC defendem 3% do PIB e cota regional para ciência e inovação

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) defendem o aumento progressivo do investimento nacional em pesquisa e desenvolvimento (P&D) - de 1,19% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) para 2% em 2034 e 3% em 2040.

O incremento orçamentário para custear o setor é uma das ações que as entidades propõem que sejam implementadas ao longo dos próximos 13 anos (2027-2040), de forma efetiva e integrada a um projeto de desenvolvimento nacional. As propostas constam do Plano Brasil 2040 – Ciência, Tecnologia e Inovação como Projeto de País.

Elaborado a pedido do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, então candidato à reeleição, o documento é dividido em seis metas:

Ampliar os investimentos em ciência, tecnologia e inovação (CT&I)

Formar, repor e reter pessoas

Construir capacidades em dez eixos temáticos prioritários, como saúde, inteligência artificial, bioeconomia, transição energética e educação científica

Reduzir as desigualdades estruturais territoriais e sociais

Proteger o Plano Brasil 2040 e o projeto de desenvolvimento nacional contra descontinuidades decorrentes de mudanças políticas

Converter conhecimento científico em produtos, processos, serviços e tecnologias comerciais ou sociais de escala

"O Plano Brasil 2040 propõe que o conhecimento chegue a todos os territórios e se traduza em melhores escolas, empregos qualificados, mais saúde,


Foto/USP/Divulgação

renda e qualidade de vida", afirma a presidenta da SBPC, Francilene Garcia. Para ela, a proposta é uma "contribuição da comunidade científica a um projeto de país, aberta ao diálogo com o Estado, o setor produtivo e a sociedade".

Investimentos

As entidades reconhecem que o esforço para o Brasil chegar a investir 3% do PIB em 2040 vai exigir esforço compartilhado entre Estado e iniciativa privada.

Ao primeiro, cabe assegurar a base científica, a formação de pessoas, a estabilidade das instituições de ensino e pesquisa e empregar, de forma coordenada, financiamentos, regulação e poder de compras públicas, orientando o esforço nacional. Para as empresas importa a ampliação "substantiva" do investimento privado em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Segundo a SBPC e a ABC, as metas orçamentárias propostas são factíveis e foram pensadas com base em realidades econômicas globais, mas dependem de financiamento estável ao longo do tempo, do fortalecimento de universidades e de outras instituições de pesquisa e da formação e valorização de mão de obra especializada.

As metas também dependem do estabelecimento de mecanismos capazes de conferir "permanência institucional ao projeto", ou seja, de proteger o Plano Brasil 2040 contra eventuais descontinuidades políticas, afirmam as entidades.

Entre os mecanismos propostos está a instituição de um conselho nacional ou observatório gerenciado pela comunidade científica e encarregado de acompanhar a execução das ações propostas e das políticas científicas nacionais.

A formação, reposição e retenção de pessoas exigiria a ampliação de cobertura das bolsas na pós-graduação, dos atuais 47,2% para 55% dos estudantes matriculados até 2030 e 70% em 2034. Além disso, para reduzir as assimetrias regionais e sociais, as entidades defendem a ampliação e melhor distribuição territorial dos recursos destinados a financiar projetos de CT&I.

"Neste sentido, duas ações são importantes: a aplicação de cota mínima de 30% dos recursos federais descentralizados para Norte, Nordeste e Centro-Oeste até 2027, além de elevação da participação do Norte, Nordeste e Centro-Oeste no orçamento das fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs) de 21,1% para 30% até 2036", destacam as entidades, em nota conjunta.

Estímulos

O Plano Brasil 2040 também traz propostas de reestruturação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e a vinculação de 10% das receitas do Fundo Social do Pré-Sal.

As entidades sugerem a regulamentação de parcela explícita das receitas do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) para projetos de CT&I em descarbonização e o aprimoramento da chamada Lei do Bem - Lei nº 11.196/2005 – que concede incentivos fiscais a empresas que investem em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

Para a SBPC e a ABC, a política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico não deve estar ao sabor de conveniências políticas ou de eventuais mudanças de governo, devendo ser tratada como prioridade estratégica.

"O que propomos é uma estratégia de Estado, cujo horizonte, em 2040, ultrapassa deliberadamente qualquer mandato. O futuro do Brasil não pode depender apenas das urgências de cada orçamento anual ou dos limites de cada mandato. Precisa ser planejado, financiado e construído coletivamente. O Brasil tem conhecimento para mudar o seu futuro. Falta fazer dessa capacidade uma prioridade nacional", diz a presidente da SBPC, Francilene Garcia.

O documento público que sistematiza diagnósticos, propostas e posicionamentos que as duas entidades científicas produziram ao longo de anos está integralmente disponível na internet e pode ser acessado no site da SBPC. (Agência Brasil)